



**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE**

--- Aos vinte e oito de setembro de dois mil e quinze reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso (BE), estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves (PAN) e Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar (CDS/PP), como Primeira e Segunda Secretárias, bem como os seguintes Deputados Municipais: -----

---**Grupo Municipal Mudança** – António José Gouveia Gomes (PS), Carlos Alejandro Câmara Figueira (PTP), Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS); Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS), Guida Maria Barcelos Martins (PS), Guida Maria Vieira Martins (BE), João Valdemar Berenguer (PTP), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), José Juvenal Nunes Rodrigues (PS), Manuel Nélio Vicente Pereira (PS), Marco Nuno Franco Freitas (PS), Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS), Roberto Paulo Ferreira Vieira (MPT), Sérgio Juvenal Jesus Abreu (PS). -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Américo João da Silva Dias, Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, Lino Ricardo Silva de Abreu. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV** – Edgar Freitas Gomes Silva, Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues, Herlanda Maria Gouveia Amado. -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, António Domingos de Sousa Abreu, Carlos Alberto Rodrigues, Carlos Miguel Encarnação Gonçalves, Elisa Pontes Scozzi, Gustavo de Assis Soares Coelho, José António Freitas Rodrigues, Luís Miguel Moura de Sousa, Marcelo Nuno G. de Gouveia, Maria Elisabete Mendonça Andrade, Maria Idalina Fernandes Silva, Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia, Raquel João Martins da Silva, Rui Alberto Garanito Santos, Rui Nuno Barros Cortez, Sílvia

Marlene Pereira Rodrigues. -----

--- **INDEPENDENTES** – Ana Patrícia da Silva Oliveira e Eduardo Pedro Welsh. -----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Domingos Manuel Martins Rodrigues, Idalina Perestrelo Luís, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, João José Nascimento Rodrigues, José Manuel Sousa Rodrigues, Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal.-----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO: -----

1.1. Guido Marcelino Mendonça Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, eleito pela Coligação Mudança, indicado pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Marco Nuno Franco Freitas. -----

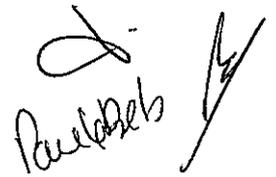
1.2. Micaela Gomes Camacho, eleita pela Coligação Mudança, indicada pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituída por Sérgio Juvenal Jesus Abreu. -----

1.3. Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira, eleita pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituída por Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. -----

1.4. Marco Alexandre Ribeiro Pereira Fernandes, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Gustavo de Assis Soares Coelho. -----

1.5. Carlos Alberto de Freitas Andrade, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Sílvia Marlene Pereira Rodrigues. -----

1.6. Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa, eleita pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituída por Elisa Pontes Scozzi. -----



1.7. Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Marcelo Nuno Gonçalves de Gouveia. -----

2. RENÚNCIA DE MANDATO: -----

2.1. Virgílio de Freitas Silva Berenguer, eleito pela Coligação Mudança, indicado pelo PTP, solicitou a renúncia de mandato, sendo substituído por Carlos Alejandro da Câmara Figueira. -----

3. CESSAÇÃO DE SUSPENSÃO: -----

3.1. Eduardo Pedro Welsh, eleito pela Coligação Mudança, indicado pelo PND, comunicou a cessação da suspensão de mandato, retomando o seu lugar. -----

4. PEDIDO DE DESVINCULAÇÃO: -----

4.1. Donato Paulo Vares Macedo, eleito pela Coligação Mudança, indicado pelo PND, nos termos da legislação aplicável e regimental, informou que a partir de vinte e cinco de setembro de dois mil e quinze, exerce o mandato nesta Assembleia Municipal como Deputado Independente, desvinculando-se do Grupo Municipal do PND. -----

4.2. Ana Patrícia da Silva Oliveira, eleita pela Coligação Mudança, indicada pelo PND, nos termos da legislação aplicável e regimental, informou que a partir de vinte e cinco de setembro de dois mil e quinze, exerce o mandato nesta Assembleia Municipal como Deputada Independente, desvinculando-se do Grupo Municipal do PND. -----

4.3. Eduardo Pedro Welsh, eleita pela Coligação Mudança, indicado pelo PND, nos termos da legislação aplicável e regimental, informou que a partir de vinte e cinco de setembro de dois mil e quinze, exerce o mandato nesta Assembleia Municipal como Deputado Independente, desvinculando-se do Grupo Municipal do PND. -----

5. COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIA: -----

5.1. Donato Paulo Vares Macedo comunicou ainda a sua ausência na Sessão Ordinária

da Assembleia Municipal de vinte e oito de setembro de dois mil e quinze, por motivos de deslocação para o exterior da RAM. -----

6. O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação as seguintes atas: -----

- **Ata da sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze, aprovada por maioria** com trinta e cinco votos a favor e duas abstenções sendo, uma do CDS/PP, uma do Deputado Independente Eduardo Pedro Welsh. -----

- **Ata da sessão ordinária de vinte e sete de abril de dois mil e quinze, aprovada por maioria** com vinte votos a favor e dezassete abstenções sendo, doze do PPD/PSD, uma do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU, uma do Deputado Independente Eduardo Pedro Welsh. -----

- **Ata da Sessão Ordinária de vinte e nove de junho de dois mil e quinze, aprovada por maioria** com vinte e três votos a favor e catorze abstenções, sendo doze do PPD/PSD, uma do CDS/PP, uma do Deputado Independente Eduardo Pedro Welsh. -----

7. EXPEDIENTE: -----

7.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia: -----

- Consulado General da República Bolivariana da Venezuela no Funchal enviou um convite, para a Comemoração do 204º Aniversário da Ata da Independência, que se realizou no dia três de julho de dois mil e quinze. -----

- O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro enviou um convite, para as Festividade do Dia da Freguesia, que se realizaram nos dias dezanove e vinte de julho de dois mil e quinze. -----

- O Presidente da Câmara Municipal do Porto Moniz enviou um convite, para a Sessão Solene do Dia do Concelho, que se realizou no dia vinte e dois de julho de dois mil e quinze.

- A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico enviou um convite para o 27º Aniversário da Associação Nacional de Municípios com Centro Histórico (APMCH) e



Inauguração das novas instalações da sede nacional em Lamego, que se realizou no dia vinte e dois de julho de dois mil e quinze. -----

- O Presidente da Câmara Municipal do Porto Moniz enviou um convite para a Sessão de Abertura da SEMANA DO MAR 2015, que se realizou no dia vinte e sete de julho de dois mil e quinze. -----

- O Presidente da Junta de Freguesia de São Roque enviou um convite para a abertura oficial da Festa da Nossa Senhora da Alegria, que se realizou no dia dois de agosto de dois mil e quinze. -----

- O Presidente da Câmara Municipal de São Vicente enviou um convite para a Sessão Solene do 271º Aniversário do Município, que se realizou no dia vinte e cinco de agosto de dois mil e quinze. -----

- O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho enviou um convite para o XVIII Festival de Folclore de São Martinho, que se realizou no dia cinco de setembro de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Ponta do Sol enviou um convite para a Sessão Solene do 514º Aniversário do Município, que se realizou no dia oito de setembro de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou os seguintes convites: ----

- Lançamento do livro "O Advogado de Roma" de António Loja, que se realizou no dia dezoito de setembro de dois mil e quinze. -----
- Comemorações do 127º Aniversário do Dia do Bombeiro, que se realizou no dia vinte e quatro de setembro de dois mil e quinze. -----
- Inauguração oficial da 41ª Feira do Livro, que se realizou no dia vinte e cinco de setembro de dois mil e quinze.-----

8. Pedido de intervenção reencaminhados à CMF: -----

8.1. PCP/PEV: -----

- Pedidos de informação sobre o andamento da inscrição para habitação de: Margarida Maria de Sousa e de Maria Inocência Gomes Caldeira. -----
- Pedido de esclarecimento sobre ações de limpeza e manutenção na Levada dos Piornais.
- Pedido de limpeza de terrenos de mato seco no Impasse das Lajes, 9 e 11. -----
- Pedido de esclarecimento sobre realização de obras a decorrer numa habitação e na escarpa sobranceira a esta, à Travessa da Pena, Beco A – Esq., nº 28. -----

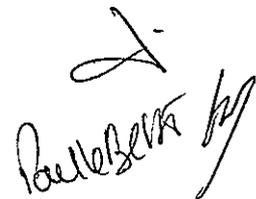
----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou da inscrição do **Senhor José Adelino Gonçalves** para se pronunciar sobre a deliberação tomada na Sessão Ordinária desta Assembleia, realizada no dia vinte e nove de junho do corrente ano, relativa à deliberação sobre a classificação de interesse municipal da **Instalação de um Centro de Abate de Veículos em fim de vida**. -----

Dada a palavra ao mesmo, este começou por solicitar e agradecer uma reanálise do seu processo sobre a instalação de um Centro de Abate de Veículos em fim de vida, tendo em conta que o mesmo se encontra numa zona de serviços coletivos e não numa zona verde, e que por este assunto já se arrastar há muito tempo, a empresa está a apresentar dificuldades para honrar os seus compromissos, nomeadamente para com os seus empregados. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que para a Assembleia Municipal voltar a deliberar sobre o assunto, só o poderá fazer sob proposta da Câmara, pelo que a mesma terá de a fazer chegar à Assembleia. -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que esclareceu o Senhor José Adelino Gonçalves dizendo que na sequência do pedido feito pelo mesmo, a Câmara apresentou uma proposta de deliberação à



Assembleia Municipal, onde depois de esgrimidos alguns argumentos foi colocada à votação e chumbada pela maioria dos Deputados Municipais. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu, do PPD/PSD** pediu ao Senhor Presidente da Câmara que esclarecesse ao Município e à Assembleia, a razão de não ter aceitado reavaliar o processo em causa, conforme a proposta apresentada à Mesa da Assembleia pelo GMM, para que o processo fosse retirado para voltar à Câmara para uma melhor reanálise, argumentação e fundamentação, uma vez que após alguma discussão, aquela Assembleia constatou que o mesmo estava mal instruído. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que a opinião da má instrução do processo é do Senhor Deputado Domingos Abreu porque, embora este processo já venha de outro Executivo, esta Câmara considera que o mesmo está bem conduzido, cabendo sim àquela Assembleia Municipal a responsabilidade nas decisões que tomou, de responder ao Município. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu, do PPD/PSD** esclareceu que conforme se pode constatar na Ata da última sessão da Assembleia Municipal, a opinião não foi isolada, porque a proposta de retirada do processo para reapreciação, foi feita pela Senhora Deputada Municipal Guida Vieira do GMM e que por também terem dúvidas, votaram contra, tendo o GMPPD/PSD se absterido no sentido de permitir e viabilizar uma discussão. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara o qual passou-a ao **Senhor Vereador João José Nascimento Rodrigues do PPD/PSD**, que começou por esclarecer estar minimamente por dentro do assunto que ora está a ser debatido, uma vez que em termos de estudos aquele processo já vem desde dois mil e doze, altura em que fazia parte do Executivo, e que embora considerassem que era um dos locais adequados para este tipo de empresas, à data não podiam legalizar, não por ser

zona verde do PDM de mil novecentos e noventa e sete, mas por ser uma zona de equipamentos e não de indústria, como é o caso da empresa proponente. -----

Contudo, em dois mil e catorze foi criado o Decreto-Lei 165/2014, de cinco de novembro, com a durabilidade de um ano, para ser aplicado durante dois mil e quinze até inícios de dois mil e dezasseis, o qual permite a algumas empresas, nomeadamente no caso desta, ver regularizada a sua situação. -----

Como tal, na sua opinião considera um desaproveitamento perder uma oportunidade daquelas, quando existem indústrias / serviços que poderão ser regularizadas, dando assim segurança ao empresário bem como aos funcionários. Para além de que em termos de processo, observa que quer em enquadramento quer em histórico, o mesmo trazia todos os elementos desde dois mil e doze. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** replicou que como disse, e bem, o Senhor Vereador João Rodrigues, em dois mil e doze a empresa foi lá instalada sem qualquer tipo de licenciamento, pelo que não houve qualquer fiscalização, por parte da Câmara, em termos da sua retirada. -----

Portanto, aquela deliberação não visa o licenciamento do negócio mas a sua classificação de interesse municipal, o qual foi chumbado pela maioria dos Deputados da Assembleia Municipal, inviabilizando e obstaculizando assim o seu posterior licenciamento. -----

De seguida, pediu ao Presidente da Assembleia autorização para passar novamente a palavra ao Senhor Vereador João Rodrigues, do PPD/PSD, ao que o mesmo anuiu. -----

--- **O Senhor Vereador João José Nascimento Rodrigues do PPD/PSD** começou por clarificar que o licenciamento daquela atividade não compete à Autarquia mas à Secretaria Regional do Ambiente, competindo à Autarquia apenas o licenciamento da construção. ---

Todavia, para começar o licenciamento da atividade e do edificado existente, permitindo também a adaptação do PDM, tem de ser declarado o interesse de utilidade pública. -----



Assim, julga que estando em causa a declaração de utilidade pública, o que tem que ser repensado é se interessa aquilo ali e se se considera positivo. -----

--- **O Senhor Vereador José Manuel Sousa Rodrigues do CDS/PP** também pediu autorização para intervir e disse achar que mais do que falar do passado e dos erros que eventualmente foram cometidos, o que importa é resolver o problema, o que desse ponto de vista nada impede que a Câmara Municipal possa voltar a propor à Assembleia Municipal a declaração de interesse público municipal daquela área para o efeito da atividade económica que lá está instalada, defendendo assim a economia da empresa e dos postos de trabalho que lá estão criados. -----

Por isso, considera que o mais correto é a Câmara Municipal reapreciar o assunto em sede de reunião camarária, eventualmente por algum estudo ter faltado numa primeira fase, e voltar a propor à Assembleia Municipal a declaração daquela atividade económica, de interesse público municipal. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** apontou que como já referiu após a intervenção do Município, para a Assembleia Municipal voltar a deliberar sobre aquele assunto, terá de receber a proposta da Câmara. -----

Quis também clarificar o Município interveniente e o restante público, que aquando da votação da atribuição de interesse municipal ao empreendimento, o mesmo foi chumbado por três Grupos Municipais, tais como: seis votos do GMM, três votos do PND e três votos do PCP/PEV-CDU, havendo ainda seis votos a favor do GMM, três abstenções do GMM, quatro do CDS/PP e catorze do PPD/PSD. -----

De seguida, deu a palavra à **Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins do GMM**, que começou por esclarecer que na reunião de líderes municipais, em que representou o GMM, o Senhor Deputado Domingos Abreu em representação do Grupo Municipal do PPD/PSD, colocou muitas questões de fundo em relação ao assunto em causa

que ia ser debatido na Assembleia, influenciando a sua opinião e levando-a a uma maior apreciação do processo para o perceber melhor. Contudo, esperava que aquando da apreciação do processo na sessão da Assembleia, o mesmo elucidasse as questões suscitadas, tal como o fez o Senhor Vereador João Rodrigues nesta sessão, o que não veio a suceder. -----

Assim, o resultado da votação já referida pelo Senhor Presidente da Assembleia deveu-se ao facto de no GMM, se manter as dúvidas sobre esta nova questão de declarar um espaço onde está implantada uma sucata, de interesse público municipal. Ficando também claro, que naquele grupo há democracia. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** para terminar aquela questão, lembrou o repto de um dos Senhores Vereadores de que para aquele assunto ser de novo deliberado, é preciso que a Câmara apresente proposta à Assembleia Municipal. -----

Disse também, para memória futura, que outros assuntos no âmbito daquela legislação que venham para aprovação de interesse municipal àquela Assembleia, irá solicitar junto do requerente que aproveite o período de intervenção do público para apresentar as suas razões, para que o debate na Assembleia seja o mais abrangente possível, permitindo assim, a todos os Deputados Municipais que estejam o mais esclarecidos para poderem votar da forma mais consciente, informada e esclarecida. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu início ao PAOD dando as seguintes informações: -----

- Aquela Assembleia rececionou dois Votos propostos pelo GMM: - **Voto de Protesto – Pela lenta asfixia que o Governo regional está a infligir à autonomia do Poder Local.**
- **Voto de Louvor para as associações da defesa da causa animal.** -----
- Em virtude da Senhora Deputada Paula Belbut, Primeira Secretária da Mesa, estar inscrita

para intervir num dos votos propostos, segundo o regimento será substituída provisoriamente, pelo Senhor Deputado José Gabriel Oliveira, regressando à Mesa no fim do PAOD. -----

Por fim chamou a atenção que irá ser cumprido o tempo regulamentar de sessenta minutos que está consagrado para este período, que poderá ser usado pelos Senhores Deputados para se pronunciarem sobre os assuntos que entenderem pertinentes, bem como para pedidos de esclarecimento e interpelações à Mesa, dentro do tempo que está definido para cada grupo. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva do PCP/PEV começou por dividir a sua intervenção em três áreas específicas sobre as quais colocou as seguintes preocupações: -----

1ª – Causa animal e defesa dos direitos dos animais no concelho do Funchal: ainda não são conhecidos os efeitos práticos da aprovação de uma resolução pela Câmara Municipal do Funchal, no sentido de uma solução de compromissos na defesa da causa animal, particularmente numa imediata erradicação política de abate de animais errantes no concelho do Funchal. Porque segundo os números oficiais que assim o confirmam, a política de abate dos animais continua a acontecer no concelho do Funchal. -----

Lamentou também a não execução e clarificação do protocolo entre o Município do Funchal e a SPAD. -----

Como tal, há uma necessidade de haver uma clara estratégia de defesa e promoção da vida, que não passe apenas por uma sensibilização e pedagogia de defesa da causa animal contra o abandono, mas com medidas concretas de salvaguarda da causa animal. -----

2ª - Programa *Amianto Zero*: saúdam, louvam e elogiam a concretização deste programa anunciada pelo Senhor Presidente da Câmara no Dia da Cidade, pois a CDU em particular

tem feito desta questão um importante combate pela saúde pública e pelo ambiente. -----
Assim, solicitam um cronograma rigoroso com a definição dos dias, das etapas, dos meios financeiros e de uma entidade externa capaz de monitorizar e fiscalizar até que ponto a Câmara está a cumprir com o Programa. -----

3ª - Autocarros para as zonas altas: embora estes não dependam diretamente e exclusivamente da Câmara, julga que a mesma pode ter um papel importante no sentido de que as populações das zonas altas e super altas estão a ficar lesadas por este serviço, uma vez que estão a ser suprimidas algumas carreiras porque existem avarias nos autocarros e a empresa não tem suficiência técnica de intervenção e reparação. -----
Como tal, questiona sobre o que é que a Câmara pode fazer para ajudar aquela população na resolução daquele problema? -----

2. O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu, do PPDS/PSD também começou por dividir a sua intervenção em duas questões que passamos a transcrever: -----

1ª – “Proposta de louvor às associações de defesa e promoção da vida e bem-estar animal: eu sugiro que seja corrigido no texto que nos foi enviado, tarde e mal, é outra situação que também chamamos a atenção, recebemos os documentos sempre fora de prazo, e é algo que se deveria ter em atenção do ponto de vista regimental, designá-las como *associações de promoção do bem-estar e da causa animal* e não *associações animais* como está no texto, porque fica mal. -----

Estamos a favor, mas as consequências práticas de um Voto de Louvor da Assembleia Municipal para Instituições que trabalham em prol do bem-estar animal são poucas, para além do reconhecimento que lhes é devido. Estas instituições precisam mais do que tudo de medidas de apoio concreto e não de palmadinhas nas costas. -----

Poucos, apesar de ter vindo a aumentar o conhecimento mediático destas atividades,



conhecem a realidade destas instituições e o trabalho público que elas fazem diariamente com poucos e escassos recursos privados. -----

Por exemplo, a SPAD recebe em média oito animais por dia, e neste momento é uma instituição que não tem mais espaço para receber animais, nem tão pouco possui recursos financeiros. -----

Entretanto, são aprovadas novas leis para criminalização ao abandono, que não estão a ser cumpridas de forma meticulosa como seria necessário, havendo aqui a necessidade do reforço da fiscalização. -----

A taxa de adoções também diminuiu significativamente, acabando por ser um animal por dia, segundo os dados que temos disponíveis, o que significa que temos um balanço completamente descompensado e cujo resultado é aquele que conhecemos, canis sobrelotados, custos de manutenção incomportáveis, e pelo facto do canil municipal e do canil da SPAD estarem sobrelotados tem sido recusada a entrada de animais saudáveis aumentando visivelmente o número de errantes, o que leva a um risco de zoonoses que é um risco de saúde pública, que também temos que olhar. A redução do número de animais errantes tem de ser feita através de campanhas de esterilização massiva, para que no futuro esse número possa diminuir e corresponder ao objetivo de todos nós. -----

Nós apoiamos a iniciativa da redução do número de eutanásias na Região, todavia consideramos haver um longo caminho a percorrer no sentido de criar as condições necessárias para tal. -----

Desde logo, a criação de centros oficiais devidamente licenciados e dotados de infraestruturas necessárias ao seu bom funcionamento e financiamento, a sensibilização da população para a questão do abandono, a importância da esterilização e a responsabilização que acarreta a detenção do animal de companhia. -----

Acrescentamos ainda, a importância da identificação eletrónica no controle dos animais

errantes para a sua diminuição, e conseqüentemente responsabilização de abandonos dos respectivos detentores. -----

A esterilização dos animais abandonados deveria de ser uma grande prioridade e o grande objetivo das entidades oficiais, claro que também deve de ser um objetivo para as associações zoófilas mas estas não têm condições financeiras para realizar campanhas de esterilização massiva. Os custos inerentes a estas devem de ser suportados pelas entidades oficiais e não pelas associações privadas porque o problema é da Região, é do Município e não das associações. -----

Isto é um grave problema que afeta a imagem da Região e da Cidade junto de todos incluindo os que nos visitam, e há reclamações que têm crescido do ponto de vista dos cidadãos residentes e também dos que nos visitam. -----

Chamamos a atenção, mais do que votos de louvor, para pensarmos em medidas concretas e temos a indicação de que o protocolo para a questão do atual canil da Câmara Municipal do Funchal, e que está completamente desatualizado, está entregue à burocracia deste Executivo. -----

2ª – Comemoração anual da Mobilidade e do folclore que se faz em volta disso: uma vez mais o Funchal foi surpreendido por esta Câmara, que de um dia para o outro resolveu lançar um conjunto de mudanças sem que se entenda a coerência das mesmas com o que é anunciado. -----

Em nome de Mobilidade, a Cidade acorda com meia dúzia de decisões que levantam dúvidas e contradições precisamente no que diz respeito a esse anunciado objetivo: melhorar a Mobilidade. Deixamos claro desde já, e já o dissemos publicamente, que cada uma das ações tomadas por si só, aparentam uma bondade indiscutível pois ninguém deixará de concordar que os passeios devem de ser para os peões, que os veículos de duas rodas devem de ter acesso a locais adequados de estacionamento, ou que a

segurança rodoviária ligada às escolas deve de ser um assunto prioritário. -----

Mas, desde estas medidas avulsas até à Mobilidade, vai ainda um longo caminho, que de todo, esta Câmara não está a fazer e muito menos parece ter sequer equacionado porque está parada, logo Mobilidade não é com os Senhores. -----

Mobilidade não é isto, Mobilidade é um dos pilares de qualquer política coerente e organizada em qualquer Cidade. E como tal, deve de ter uma abrangência no modo de se fazer que não se encontra em mais este *show off* inconsequente. -----

Mobilidade não é em lado nenhum, a não ser neste Funchal dirigido pela MUDANÇA, meia dúzia de medidas avulsas, mal pensadas e mal decididas pela calada da noite, pensando que a surpresa matinal no anúncio é uma varinha mágica. -----

Mobilidade é uma das condições mais importantes da vida na cidade e em toda a cidade, e não apenas no quarteirão em redor do *umbigo* dos Senhores Vereadores do Executivo.

Mobilidade carece de conhecimento e entendimento da realidade das necessidades de todos os cidadãos, bem como, o envolvimento dos mesmos na discussão e na decisão sobre as soluções. -----

Perguntamos e pedimos ao Executivo que nos faculte que estudos, que dados e que objetivos foram definidos em termos de política de Mobilidade do Funchal, em que supostamente estas recentes medidas se enquadram, ou seja, queremos perceber cada uma destas medidas, em que contexto e com que base, quais os objetivos claros, que impactos globais e setoriais se esperam, que instrumentos e ações de monitorização e mecanismos de revisão estão pensados ou foram já implementados, quais as fases seguintes e onde veremos mais medidas? -----

Não ficaremos só pelo Centro, quais as ações concretas para a Mobilidade das zonas altas e que medidas de minimização estão pensadas para os estrangulamentos que a diminuição de estacionamento no centro está a provocar nas zonas baixas de São Pedro, Imaculado

Coração de Maria, Santa Maria Maior e de Santa Luzia, quantas pessoas e setores do Funchal foram ouvidos ou sequer informados? -----

Uma vez mais, tal como tem sido hábito e recordamos o caso do Mercado dos Lavradores, tomam-se medidas sem que se envolvam as partes interessadas com prejuízo pela incompetência das mesmas e causando mal-estar para os cidadãos. -----

Outras questões pertinentes, qual o impacto nas receitas do estacionamento dos lugares que antes eram pagos, destinados aos automóveis e que agora são gratuitos? Qual a razão por que esses lugares, para além de gratuitos, passaram a ser estacionamento de longa duração quando antes eram de curta duração? -----

Somos levados a concluir que a Mobilidade não foi a motivação mas antes o pretexto para estas iniciativas desligadas de qualquer visão estratégica, sem qualquer suporte em termos de dados de base, nem nenhuma preocupação em envolver os agentes e partes interessadas, numa temática que é das mais importantes para a sustentabilidade e qualidade de vida dos Funchalenses e de quem nos visita. -----

Desperdiçou pois, este Executivo, aquilo de que até já dispõe, designadamente um estudo de base e uma ferramenta tecnológica que sendo alimentada, permitiria a modelação de cenários e soluções e a sua discussão com todos os interessados. -----

O estudo sobre a Mobilidade que na semana passada, de forma sectária o Senhor Vereador se referiu publicamente e que foi realizado em dois mil e sete, inclui informações que mereceriam melhor atenção da parte do Executivo, desde logo, porque não se trata de um plano mas sim de um estudo que disponibiliza uma análise sólida e detalhada das tendências relativamente à Mobilidade no Funchal. -----

O Senhor Vereador não quis dizer em público que nesse estudo, entre outras coisas, o Funchal está exhaustivamente caracterizado em trinta e oito áreas com que se constrói uma matriz de OD (Origem / Destino), a qual nos diz quantas pessoas se movem, em que sentido

e condições, porque razões, como o fazem e como gostariam de fazer, informações que são fundamentais para definir uma situação de referência a *Is Line*, e de suporte de medidas que de outra natureza, que não aquela que a Câmara nos apresenta como sendo Mobilidade. -----

Esse estudo e esses dados, suportam a gestão inteligente dos semáforos, a redefinição de carreiras de transportes públicos, a alteração de sentidos de tráfego, a modelação e análise de cenários instrumentais fundamentais para se entender a Mobilidade, e mais importante envolver e discutir com as partes interessadas, num diálogo, que não só facilita a busca de soluções como também mobiliza para a melhor compreensão das mesmas. -----

Em resumo, a governação do Funchal para a Mobilidade continua numa lógica que é virtual, carecendo de ponderação, de trabalho de casa, competência técnica, envolvimento das partes interessadas, enquadramento e entendimento de uma política global para toda a Cidade e não só para certas esquinas e praças de maior conveniência ou visibilidade. -----

É pena, porque apesar de avulsas estas medidas custam dinheiro e muito trabalho, designadamente por parte dos Funcionários da Câmara Municipal do Funchal, que sabemos, foram obrigados a um esforço suplementar sem que tenham tido sequer direito a um simples, *Obrigado*. -----

Para terminar, permitam-me que vos recorde uma notícia retirada de um órgão que muito vos apraz, e vou ler uma notícia de algum tempo atrás (dois mil e treze): *A Cidade do Funchal foi a grande vencedora dos Civitas a World, prémio que distinguem as cidades europeias que mais se destacaram na promoção da Mobilidade Sustentável. A organização disse que o prémio, Cidade do Ano 2012, realça o excelente trabalho realizado pela Cidade na promoção do transporte público e pela implementação de medidas e projetos estruturantes a nível da Mobilidade Sustentável.* -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV fez a**

seguinte interpelação à Mesa: "nas últimas reuniões de líderes tem vindo a ser feito um apelo pelo Senhor Presidente, e acatado por todos os representantes dos partidos que vão a essas reuniões, de os documentos serem entregues e enviados atempadamente para que depois, e reconhecendo o trabalho meritório da funcionária que tem a seu encargo nos reencaminhar toda a documentação, tais tempos não têm sido cumpridos. -----

Neste caso, aquilo que nós propomos é que estes dois votos apresentados, quer o de Louvor, quer o de Protesto, e já agora o de Protesto com algumas retificações, porque ninguém apela à lenta asfixia da Autonomia, julgo que será contra a asfixia que tem sido imposta pelo Governo Regional. -----

De qualquer forma é um requerimento para que estes dois votos sejam votados numa próxima sessão, tendo em conta que um deles não chegou até ao final da manhã de sexta-feira, mas sim às 15:14h e o outro no sábado por volta das 19:00h. -----

O Regimento tem que ser cumprido. Fica o requerimento deixando à consideração da Assembleia". -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** registou o requerimento e confirmou que efetivamente é solicitado nas reuniões de líderes que os documentos que vão ser sujeitos à discussão no PAOD, cheguem na sexta-feira para que todos os Deputados tenham tempo para poder analisar e decidir em conformidade, como estipula o Regimento. Contudo, embora o Voto de Protesto tenha entrado na sexta-feira e o Voto de Louvor no sábado, julga que devido à discussão que tem decorrido e ao bom senso por parte daquela Assembleia, estão em condições de os votar de forma devidamente informada e esclarecida. -----

Considerou ainda, que não deverão de ser tão rígidos ao ponto de evitar uma votação de dois documentos que têm uma importância relevante, e que a sua não votação poderá até colocar mal aquela Assembleia, perante as entidades que são alvo dos considerandos dos

Paulo Rodrigues

mesmos. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV** retorqui que assim está a ser aberto um precedente para que toda a documentação continue a ser enviada tardiamente aos Senhores Deputados, e não se acate as recomendações feitas nas reuniões de líderes pois o envio tardio não parte dos funcionários que recebem a documentação, mas de quem faz o envio da mesma. -----

Salientou também que não estão contra o conteúdo dos dois documentos em questão, salvaguardando a questão das retificações, quer num, quer noutro, que têm de ser feitas a nível de português. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** replicou que o precedente já foi aberto noutras sessões anteriores não sendo esta a primeira vez. -----

Observou também que na condução dos trabalhos para além do cumprimento do Regimento, tem de existir o bom senso em determinadas situações. -----

Como tal, julga que o tempo que está a ser concedido para a sua discussão, permite uma votação o mais informada e esclarecida naquele âmbito, onde ninguém estará a votar de forma desinformada ou menos esclarecida. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** interpelou a Mesa para colocar às seguintes perguntas: "qual a garantia que no futuro situações semelhantes poderão ocorrer? Qual a garantia de flexibilidade que a Mesa terá em relação a essas situações análogas a estas? -----

Não querendo, nós, dificultar o seu trabalho, julgamos ser estranho que estas situações ocorram oriundas do grupo que o suporta". -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** registou aquela reivindicação e garantiu que já houve situações anteriores, tais como: -----

- A sessão em que foi apreciada a alteração ao regimento, onde deu entrada durante a

sessão um requerimento para uma alteração ao mesmo, o qual foi liminarmente recusado porque aí era manifestamente impossível os Senhores Deputados poderem decidir sobre o mesmo. -----

- Na última sessão tinha solicitado àquele grupo municipal (PPD/PSD) aquando da discussão do Regulamento do Conselho Municipal para a Igualdade, que as propostas de alteração tivessem entrado antes, mas a alteração que houve ocorreu precisamente durante a sessão, havendo assim tolerância da Mesa. -----

Como tal, tem procurado ao longo da condução dos trabalhos atuar de acordo com o que o Regimento estipula, mas também agindo com bom senso e tentando ir ao encontro das pretensões dos diferentes grupos. -----

Portanto, a decisão da Mesa para este caso em concreto é uma decisão de bom senso, porque julga que todos estão minimamente esclarecidos e informados sobre o teor dos dois votos, pelo que poderá ocorrer a votação. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS/PP** pediu o seguinte esclarecimento: "Efetivamente tem acontecido algumas vezes algumas alterações ao Regimento. O ideal era que se cumprisse com o Regimento tal e qual como foi aprovado nesta Assembleia Municipal, se tem acontecido continuamente ou algumas vezes fora do prazo serem enviadas aos deputados municipais, isto não pode constituir regra. -----

Todas estas propostas que foram enviadas no fim-de-semana a maior parte das pessoas não tiveram acesso a elas, nem toda a gente tem no seu telemóvel acesso aos emails. Portanto, não é correto dizer-se que só pelo facto de ter havido uma ou outra situação que aconteceu ocasionalmente, virmos agora fazer regra desta possibilidade de agora futuramente trazermos sempre questões que no dia ou na véspera são notificados destas propostas. -----

O que eu pedía era que, uma vez mais, com tempo notificassem todos os deputados para

poderem com tempo ler, pensar e poder decidir em consciência com estas propostas que são enviadas à Assembleia Municipal". -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que corrobora inteiramente com o que afirma e muitas vezes tem solicitado que os documentos e as propostas cheguem em devido tempo para que todos possam analisar em conformidade, agora isso depois compete a cada grupo cumprir ou não com essa solicitação. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu do GMM** interpelou a Mesa para informar que o voto de protesto contra o Governo Regional foi enviado às nove horas e vinte e dois minutos de sexta-feira, dentro do prazo regimental que é até às onze horas. -----

Quanto ao voto de louvor sobre a causa animal, que entrou realmente fora do tempo regimental, aconselhou a Senhora Deputada do PCP/PEV-CDU a fazer um requerimento à Mesa para que o mesmo seja retirado e não se discuta a questão animal. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que efetivamente o que solicita aos Senhores Deputados, é que façam chegar os documentos na parte da manhã da véspera para que nesse dia, após a receção dos mesmos, possam ser distribuídos o mais tardar na parte da tarde aos restantes grupos municipais. -----

Neste caso, confirma-se que o voto de protesto da MUDANÇA foi recebido na parte da manhã de sexta-feira, e na tarde desse mesmo dia foi distribuído aos grupos municipais, enquanto o voto de louvor só foi recebido no sábado. -----

Como tal, questionou a Senhora Deputada Herlanda Amado se mantém o requerimento para que o voto de louvor seja retirado da votação? -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado do PCP/PEV** respondeu que tal como já bem expressou no início do PAOD, a questão que se coloca é uma questão processual da entrada dos documentos fora de tempo e que não tem nada a

ver com o conteúdo dos votos propostos. -----

--- **O senhor Presidente da Assembleia** voltou a referir que o voto de protesto entrou dentro do prazo, tal como está referido no Regimento, *que os documentos devem de entrar nos serviços da Assembleia até às onze horas*, tendo o mesmo sido distribuído na tarde do mesmo dia, em tempo útil para todos se poderem pronunciar, relativamente ao voto de louvor, de facto entrou no sábado. -----

Assim, atendendo às reivindicações e reparos, a Mesa decidiu retirá-lo da votação, sendo considerado numa próxima Assembleia, passando à votação apenas o voto de protesto. --

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV** pediu um esclarecimento para que fique bem claro e registado em ata, que a questão que ali colocou não tem nada a ver com o conteúdo dos documentos, mas com os horários de entrada no serviço administrativo da Assembleia. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que será registado que o documento não vai ser sujeito á votação, porque pela hora tardia de chegada ao Gabinete da Assembleia, os Senhores Deputados não tiveram tempo de estarem devidamente informados para poderem se pronunciar sobre o mesmo. -----

4. O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente julga que o voto de louvor, que será apreciado numa próxima sessão, é um pouco genérico, porque há instituições que de facto fazem esse trabalho, como por exemplo a SPAD e outras, e que também deveriam de ser inseridas nessa menção. Caso contrário, é como dizer que por o futebol ser importante louvarão toda a gente que pratica a modalidade. -----

Sobre o voto de protesto, que menciona a regionalização das estradas e a expropriação de prédios, questionou o Executivo de quais foram as contestações em termos jurídicos para contestar essa apropriação por parte do Governo Regional e para a Câmara ser ressarcida dessas perdas? -----



5. A Senhora Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro do PPD/PSD

expôs o seguinte: *"Eu não me importo que me tenham roubado a ideia... eu importo-me que eles não tenham as suas próprias ideias, disse Nicola Tesla. -----*

Eu não me importo que implementem ideias que não sendo da atual vereação e, aliás, tenham claramente constado do programa da vereação do PSD para as autárquicas de dois mil e treze, porque elas são boas ideias; importo-me que não implementem, nem tenham ideias próprias e ao tentarem executar as ideias de quem as tem bem definidas, falhem no objetivo, no meio e no próprio conceito que elas encerram, integradas que estavam num projeto global para a cidade do Funchal. -----

É inacreditável que optem por executar planos que estavam integrados numa determinada estratégia e que ora são meras ideias desgarradas de uma política sem rei nem roque, com a única finalidade de as fazerem passar por suas na comunicação social, tentando ofuscar a verdade simples de uma política oca de ideias, tentando enchê-la com as ideias que outros geraram. -----

Volvidos que estão dois anos sobre o início de vereação o que, fazendo parte do programa desta vereação, foi implementado e que tenha surtido efeito? Que se possa mostrar? Pouco, pouquíssimo, estatisticamente nada de relevante, nem as ideias "bandeira", tendo esta vereação meramente subsistido. Quer dizer, nem isso pois a vereação não é de todo em todo a mesma que foi inicialmente eleita, pois também essas pessoas foram mudando de ideias a meio do caminho. -----

Mas o Funchal não pode ser gerido, como município, ao sabor, nem das pessoas, nem das suas mudanças repentinas de ideias, nem das alterações de percurso. -----

Não é pouco usual, e é, aliás, facto notório e sobejamente reconhecido o designável, de modo simpático como: o "benchmarking" de palavras e ideias. Mas o recurso a tal estratégia não pode ser desgarrado de uma estratégia global, sob pena de se tornar uma boa ideia,

uma mais-valia, numa coisa inócua e vetada ao insucesso, tanto mais que não fazia parte da ideia inicial, nem tem meios (humanos, financeiros, estruturais, todos os necessários) alocados, nem projeto definido. -----

Senão vejamos: -----

Em dois mil e treze constava na página trinta e dois do manifesto eleitoral do PSD: -----

A cultura é parte integrante da nossa sociedade podendo revelar-se de uma forma mais tradicional ou dando abertura a outras manifestações onde a criatividade é predominante. É hoje fundamental manter e reforçar a condição do Funchal como cidade viva e criativa, onde a cultura e o desporto sejam cada vez mais fatores de dinamização da economia e do emprego, do turismo e da qualidade de vida da nossa comunidade, nesse sentido destacamos: -----

Converter o antigo edifício do matadouro num centro de criatividade, adaptando-o às novas manifestações de criação artística em todos os seus domínios nomeadamente as artes plásticas, música, teatro, dança, fotografia, cinema, multimédia, etc dentro dessa estratégia queremos que o antigo matadouro se torne num espaço de referência para a cidade. -----

Em vinte e dois de setembro de dois mil e quinze diz o Sr. Presidente da Câmara na página oito do DN: -----

Logo de início transformar um local de abate e de morte (nos termos do texto anterior "edifício do matadouro") em centro de vida e criatividade (nos termos do texto anterior "num centro de criatividade"). -----

Depois de alusões históricas e ponderações pessoais diz " (...) passa por instalar no matadouro empreendedores criativos em atividades como moda, design, escultura, pintura, música, gastronomia, ofícios manufaturados, azulejaria, joalheria, artesanato urbano, restauro, fotografia, vídeo, audiovisual, entre outros novos negócios na área das indústrias culturais criativas (...)." -----

Paulo Sérgio

Alguma semelhança avassaladora? Alguma diferença apenas no elenco mais ou menos exemplificativo? -----

Pretende-se um espaço multifuncional que aloje diversas atividades artísticas culturais económicas e sociais (no texto anterior, por outras palavras: "(...) reforçar a condição do Funchal como cidade viva e criativa, onde a cultura e o desporto sejam cada vez mais fatores de dinamização da economia e do emprego, do turismo e da qualidade de vida da nossa comunidade.)". -----

As similitudes são, efetivamente muitas mas não foi de todo o que foi proposto pela coligação aos tempos de dois mil e treze (omisso à data só posteriormente vieram a referenciar o espaço para efeitos do projeto UrbArt (que consistia portanto em pintar o edifício parecido com o que foi feito no auto silo do Almirante Reis com a diferença que esse edifício, por acaso, não se encontrava degradado). Suponho que a historia esteja presente sendo-se licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A história está sempre presente, pode é não ser exatamente nossa... -----

Não me pretendo alongar à conta desta questão que é meramente exemplificativa daquele que é um comportamento useiro e vezeiro. Gostaria apenas de chamar à atenção que se exige de quem é eleito que cumpra o seu programa, o seu manifesto, e que ao tentar usar ideias alheias, não as reduza a verbo-de-encher. Exigem-se ideias, mais que isso, exigem – se atos, bem estruturados, bem pensados, bem aplicados. -----

E mais grave do que o mero "copy paste", é o "copy paste" avulso. -----

Vejamos outros casos bem claros e bem recentes: -----

Pop-up de estacionamento para veículos de duas rodas. -----

Outro; -----

Parque para canídeos. Excelente, todos gostamos de cães e eles devem ter qualidade de vida também...Mas não será prioritário arranjar os parques infantis existentes, estando eles

no estado em que estão, certamente verificar se não serão precisos mais dentro do Funchal...e ainda depois de isso verificar se existem suficientes parques para crianças com limitações de mobilidade (que se saiba, apenas um). -----

Da fúria ecológica, para a fúria museológica e cultural, para a fúria da mobilidade, para a fúria que se segue quando é bem sabido que se deixam morrer os projetos onde já se alocaram consideráveis verbas e que são descontinuados e metidos para a gaveta para das duas, uma: esquecê-los tendo perdido os recursos alocados, ou para os fazer sair da cartola como nova identidade e roupagem como ideia nova, pressupondo-se certamente que os funchalenses têm memória de peixes em aquário. Mas não têm, não. -----

E, por muito que se lamente, é preciso trazer a público, nestas ocasiões, esta prática perniciosa de uma governação, infelizmente para todos nós, que pior que inoperante, anda ao sabor das ideias avulsas que vai pescando daqui ou dali. -----

O Funchal e os Funchalenses precisam e têm direito à alocação dos recursos municipais numa política cabal, pensada, articulada ao milímetro, pois os recursos são escassos, e é um desrespeito a alocação e realocação sistemática a projetos fígados daqui ou dali, sem nexos, onde se drenam esses mesmos recursos que a todos os Funchalenses fazem falta e são seus por direito podendo e devendo exigir retorno: o retorno devido. Não areia nos olhos". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva de Abreu do CDS/PP** começou por referir que irão votar favoravelmente o voto de louvor, contudo colocou a seguinte questão à Câmara: -----

- Em curto prazo, qual a estratégia que tem para combater o problema do abandono com vista a minimizar o problema da causa animal no centro do Funchal? -----

Porque é sabido que a SPAD tem problemas de lotação e de financiamento e que o protocolo que foi assinado pela Câmara do Funchal tarda em ser inexecutável. -----



Sobre o voto de protesto, também irão votar favoravelmente, porque entendem que há duas atitudes diferentes de parte de quem governava a Câmara no passado e que hoje é governo no Governo Regional. -----

Porque no passado o antigo Presidente da Câmara, Dr. Miguel Albuquerque, defendia a devolução do IRS no valor superior a cinco milhões de euros do Governo Regional, mas passados dois anos o Governo Regional, em nome do atual Senhor Presidente do Governo, Dr. Miguel Albuquerque, tem uma posição completamente diferente daquela que tinha na Câmara do Funchal, o que consideram reprovável e não aceitável. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** quis esclarecer que independentemente dos votos que estejam em votação, qualquer Deputado é livre de se pronunciar sobre o que entender, portanto estão à vontade para fazer referência mesmo ao voto que já não está em votação, assim a intervenção de cada Deputado a ele única e exclusivamente compete.

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira do GMM** começou por, "Felicitar a Vereação por ter finalmente implementado medidas de Mobilidade efetivas, que terão impacto real na Cidade a nível da mobilidade dos peões e da Cidade em geral. -----

Este estudo foi feito pelo Executivo, é um estudo que assenta na Mobilidade Ativa e na Inter-Mobilidade, ao contrário de estudos anteriores em que se gastou cerca de duzentos e cinquenta mil euros para fazer um estudo, em que nesse estudo tinham medidas como aproveitar as linhas de água para construir um corredor reservado para transporte coletivo, e como foi em dois mil e sete, já não existiriam com certeza. -----

Corredor Bus - fizeram um no Madeira Palácio, muita eficácia. Modo de transporte em sítio próprio no eixo da Estrada Monumental / Centro, e dizia: metro ligeiro, elétrico rápido de sistema guiado sobre pneus, Bus Rapid Transit, que diz Corredor Rápido de Transporte, reestruturação de transportes coletivos, proteção dos peões - promoção do uso pedonal do

espaço público, foi isto que foi feito agora, e não em dois mil e sete quando fizeram o estudo. Nessas medidas, entre o fecho de ruas e penalização também tem a criação de zonas de velocidade reduzida que será implementado brevemente, segundo informação do Vereador. -----

Enfim, há aqui uma diferença de políticas do que foi feito e do que é feito agora, porque antes retirou-se os passeios, não só para parque de motas como também a sua circulação, porque para as estacionar têm que circular. -----

Sobre as medidas das Escolas, Kids and Ride, são medidas que estão a ser implementadas e que já existem noutros sítios. Estão a ter sucesso e estão a ser monitorizadas também, e estarão sempre passíveis de melhorias e de alterações caso seja necessário. -----

Também não sei se o Senhor Deputado Domingos Abreu sabe, no estudo feito em dois mil e sete, e como estamos em dois mil e quinze já se passaram oito anos, no último ano o número de motas vendidas aumentou 20%, portanto são coisas que se alteram e que tornam as coisas dinâmicas e não estáticas. -----

Os lugares que tanto se falam que foram retirados, onze lugares em frente á Loja do Cidadão, quando temos dois mil e quinhentos lugares a duzentos metros à volta da Loja do Cidadão, portanto não me parece que haja aqui um grande problema. -----

São medidas que estão a ser implementadas e todas as medidas que afetam as pessoas, obviamente que há sempre algumas questões polémicas que não agradam a todos, o que é normal, mas isto é uma questão de tempo e se formos a ver quando fecharam as ruas das Queimadas, também na altura houve polémicas e hoje em dia todas as pessoas aceitam. Tornaram-se em zonas de comércio ativas onde tem muito movimento e onde julgo que ninguém hoje em dia coloca sequer, a questão de reabertura destas ruas porque seria o maior disparate. -----

Por último, queria aqui falar sobre os estudos do passado, que há muitos anos houve um

estudo de Park and Ride e que foi um fracasso, no estudo seguinte do CIVITAS voltam a falar do Park and Ride, é que nem com os próprios erros aprendem". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues do PPD/PSD** referiu-se sobre a Mobilidade à *la mudance*: -----

- Primeiro: o estacionamento intempestivo para veículos de duas rodas, que embora seja uma boa medida que deva de existir, é mau que só essa exista e que seja feita em detrimento de todos os outros meios de transporte. -----

Porque é uma incúria em relação ao impedimento que protagonizou sobre o acesso aos serviços públicos por parte dos cidadãos com mobilidade reduzida. Pois os dois mil lugares de estacionamento que distam dois minutos da Loja do Cidadão, para aqueles que são obrigados a se deslocarem em andarilhos, em cadeiras de rodas, em carrinhos de bebé, em muletas e em bengalas, transformam-se em duas horas. -----

Também para além de uma perda de receita considerável, há uma discriminação abusiva e inexplicável em relação aos outros meios de transporte, evidenciando uma falta de planeamento e um amadorismo. -----

- Segundo: o Kids and Ride reputou de medida interessante, embora tenha sido feita e executada de forma absurda e medíocre, não tendo em conta a dimensão dos passeios, não foi precedida de qualquer explicação / mentalização e promoção junto dos utentes, foi grotescamente subdimensionada e é discriminatório porque se aplica apenas a uma das três escolas aí existentes. -----

- Terceiro: a Bike Box é uma situação que não tem qualquer enquadramento legal, uma vez mais, não foi precedida de qualquer explicação prévia, não tem qualquer tipo de sinalização anterior que avise os condutores daquilo que vai acontecer mais à frente, e sendo anunciado como sendo uma experiência, jamais poderia ter sido feita numa das artérias mais congestionadas da Cidade. -----

- Quarto: a passeadeira na Rua 31 de Janeiro e na Rua 5 de Outubro foi feita exatamente ao contrário. -----

- Quinto: no Mercado dos Lavradores foram retirados todos os lugares de carga e descarga, obrigando os comerciantes a fazerem mais de meio quilómetro para descarregarem as suas mercadorias. -----

Concluiu dizendo que este Executivo transformou o Funchal na *Bangkok do Atlântico* e não tardando teremos um Mercado flutuante na Ribeira de João Gomes, sendo estes os responsáveis por isso. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP** começando também por focar a semana da Mobilidade, disse ser compreensível que haja sempre uma marca política dos Executivos das Câmaras, sublinhando que o Dr. Miguel Albuquerque no dia seis do seis de dois mil e nove, assumiu publicamente que o Park and Ride foi uma experiência falhada, pois um político tem que assumir de facto quando as experiências são positivas ou negativas, e como é do conhecimento de todos esta foi uma falha por razões culturais. -----

Referiu também que existem estudos que demonstram que das sete às nove horas da manhã, concentra-se vinte e três por cento da procura diária dos estacionamento no concelho do Funchal. Das seis da manhã até às dez horas há muitas viagens de trabalho, por isso se eventualmente o Executivo da Mudança tivesse tido a noção e analisasse esses estudos de comportamentos de mobilidade na cidade do Funchal, teriam tido outro comportamento daquele que tiveram relativamente a estas questões. -----

Sublinhou ainda que os comerciantes do Funchal estão preocupados porque não são auscultados, e no princípio de qualquer projeto dessa natureza deve existir auscultação prévia. -----

Por exemplo, o eventual encerramento da Rua Dr. Fernão de Ornelas foi publicado no

Diário de Notícias, sem auscultação prévia por parte da Autarquia aos comerciantes ou às associações às quais pertencem, no sentido de emitirem uma opinião. -----

Terminou salientando a eventual perda de receita que a Câmara do Funchal e a Frente MarFunchal poderão ter sobre esta medida, dando o seguinte exemplo: -----

- Na zona amarela o mínimo são quarenta cêntimos e o máximo um euro e setenta cêntimos. Se estiverem trezentas viaturas estacionadas por dia, à frente da Loja do Cidadão num limite máximo de um euro e setenta cêntimos, durante vinte e dois dias úteis, dá uma quantia de onze mil duzentos e vinte euros por mês e por ano cento e trinta e quatro mil seiscentos e quarenta. Como tal, esta é uma matéria que o Executivo devia prevenir porque é uma perda de receitas no equilíbrio orçamental. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu do GMM** debruçou-se sobre a questão do voto de protesto contra a asfixia que o Governo Regional está a infligir à Autonomia do Poder Local, e que foi distribuído atempadamente a todos os membros dos grupos municipais, dizendo que esta é uma questão que tem a ver com a defesa intransigente do Município do Funchal e dos Funchalenses, onde o diálogo terá que existir entre as instituições com resultados práticos e não só em questões formais. -----

Porque a falta de coerência política ao longo dos últimos anos tem vindo a afastar os cidadãos da política, pois referem que os políticos quando exercem um cargo prometem e defendem determinados caminhos, e depois quando são eleitos para outros cargos e outras funções defendem outras opções. -----

Como por exemplo, sobre o que se passou no passado recente com o atual Presidente do Governo Regional, que em abril de dois mil e dez, na página quarenta e três da Ata da Assembleia Municipal do Funchal, disse na sua intervenção como Presidente da Câmara Municipal na altura: "*... também quero dizer que graças à boa vontade de todos os partidos da Assembleia República da defesa da autonomia do Poder Local, fez aprovar aquilo a que*

a Câmara tem direito que são os cinco milhões de IRS, que é devido à Câmara, do ano passado, e que está a fazer imensa falta ao nosso orçamento, mas para este ano também fizemos aprovar essa verba no orçamento do estado, é evidente que a verba está aprovada, mas o dinheiro não chegou, nem o do ano passado, nem o deste ano". "... a solução em primeira instância e os deveres que tenho com os cidadãos do Funchal é cobrar aquilo a que o Município do Funchal tem direito. Vou continuar a meter ações e a executar aquilo que for possível até ter aqui o dinheiro." -----

Como tal, os Deputados Municipais que foram eleitos para defender o Município e os Municípios não podem pactuar com forças de bloqueio que prejudiquem o normal funcionamento da maior Autarquia da Região. -----

Finalizou convidando aquela Assembleia a fazer o seguinte exercício: "Se fosse ao contrário que um governo suportado de outra cor na Quinta Vigia estivesse a ter este procedimento com a Autarquia, e que essa Autarquia fosse de um outro partido, gostaria de saber, por exemplo o que é que a bancada do PSD não teria feito e não teria dito. -----

Portanto, a coerência política exige-se nesta Casa com a aprovação inequívoca deste voto de protesto contra a asfixia do Poder Local". -----

--- A Senhora Deputada Municipal Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves do GMM apresentou o seguinte Voto de Louvor: "Apesar deste voto de louvor ter sido retirado e proposta a sua votação na próxima reunião desta assembleia, não quero deixar de fazer a apresentação deste voto de louvor, uma vez que estão aqui representados membros das associações que visam a promoção de bem-estar animal e outras entidades por mim convidadas e que merecem toda a minha consideração e respeito. -----

No passado dia vinte e dois de Setembro e, na sequência de um alerta dado por um casal de turistas alemães, foi solicitada a intervenção da Associação animal alemã - *Vamos Lá Madeira*, representada por Lúcia Kleber, que se juntou à Ajuda a Alimentar Cães, numa

operação de resgate de um cão acorrentado, ferido e em estado de magreza extrema, em ambiente de grande hostilidade para com as voluntárias. -----

Esta operação foi acompanhada pela agente Sandra Martins e pelo agente Duarte Teixeira, da Esquadra da PSP de Câmara de Lobos que, de forma competente e emocionada garantiram a segurança dos membros das associações envolvidas, contribuindo para o sucesso do resgate. -----

Graças à sua rápida e pronta intervenção foi possível salvar mais um animal maltratado e negligenciado, dando-lhe a possibilidade de uma nova vida com dignidade. -----

Não ter conhecido vida melhor não alivia o sofrimento de milhares de animais que permanecem reféns da crueldade de quem deles deveria cuidar. Os seus desejos fundamentais permanecem, e é a frustração desses desejos, que constituem grande parte do seu sofrimento. -----

Mariana Nóbrega, vinte e um anos, presidente da *Ajuda a Alimentar Cães*; Sofia Nóbrega, vinte e oito anos; Joana Ribeiro, vinte e quatro anos e Carina Abreu, trinta e quatro anos - apesar de muito jovens, dedicam a sua vida à causa animal, participando na grande maioria dos resgates. -----

João Henriques de Freitas presta apoio administrativo e jurídico na referida Associação. --

Lúcia Kleber representa a Associação alemã - *Vamos lá Madeira*, sendo uma das principais ativistas da causa animal na região e responsável pelo encaminhamento de centenas de animais de companhia para famílias no estrangeiro, principalmente na Alemanha. -----

Quando Mariana Nóbrega, então ainda aluna do secundário, decidiu criar uma página no facebook - *Ajuda a alimentar cães*, com o intuito de obter donativos para alimentar os cães de rua que ia recolhendo em casa dos seus pais, estava longe de imaginar que, em pouco tempo, os bens recebidos eram já suficientes, não só para tratar e alimentar os cães de casa, como também, outros cães e gatos de rua. -----

Em novembro de dois mil e catorze, a associação legalizou-se, tendo adotado o nome *AAAC - Associação Ajuda a Alimentar Cães*, passando não só a recolher e alimentar cães de rua, mas também, a providenciar cuidados veterinários, promovendo, posteriormente, as suas adoções. -----

Desde dezembro de dois mil e catorze, foram esterilizados mais de cento e dois animais errantes, apoiadas dezenas de famílias carenciadas na promoção de cuidados básicos aos seus animais de companhia, resgatados cerca de trinta animais por mês, todos eles encaminhados para adoção. -----

Para além da ajuda direta dada aos animais, são ainda promovidas ações de sensibilização contra os maus tratos e abandono dos animais de companhia, explicando as vantagens da esterilização, principalmente, junto dos alunos do primeiro, segundo e terceiro ciclos do ensino básico. -----

Denunciam, acompanham e certificam-se da aplicação da lei nos casos de maus tratos e abandono, junto das entidades policiais e tribunais competentes. -----

Através da sua página no facebook, onde possuem já mais de vinte mil seguidores, publicitam o seu trabalho em prol da causa animal, partilhando vídeos e fotografias dos resgates realizados, divulgando situações às quais não conseguem dar resposta imediata, dando conhecimento da evolução dos tratamentos prestados e dos animais disponíveis para adoção. Alguns vídeos tiveram mais de duzentas e setenta e cinco mil visualizações, nove mil e quinhentas partilhas e mais de cinco mil gostos, tendo sido objeto de divulgação por agências noticiosas, como a Reuters, em diversos órgãos de comunicação social mundiais, nacionais e regionais. -----

A causa animal é hoje a causa mais amplamente difundida nas redes sociais, dando uma visibilidade, sem precedentes, à questão dos direitos e bem-estar animais. -----

Face ao acima exposto e, tendo em conta o empenho e a dedicação demonstrados pelas



associações, entidades e voluntários visados, na defesa dos direitos e bem-estar animal, decidi em todo o caso prestar esta homenagem a todas as associações que fazem resgates de animais errantes e/ou abandonados, sobrevivendo única e exclusivamente de donativos, do trabalho voluntário dos seus associados, e de todos aqueles que se juntam de forma empenhada na luta pelos direitos dos animais, tendo como objetivo ultimo a promoção do seu bem-estar". -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para esclarecer os Deputados intervenientes, que começou por dividir a sua intervenção em duas partes distintas, uma para as diversas questões de matérias que ali foram abordadas, outra para a questão que foi levantada por vários Deputados Municipais sobre a Mobilidade, a qual será esclarecida pelo Senhor Vereador Domingos Rodrigues. -----

Relativamente às questões da causa animal esclareceu em primeiro lugar os Senhores Deputados Domingos Abreu e Edgar Silva, dizendo que com factos concretos e visíveis, em dois anos têm feito muito mais do que em vinte anos o outro Executivo fez. -----

Como exemplo, deu conhecimento do seguinte: -----

- O Município do Funchal pediu à Autoridade Veterinária uma vistoria ao canil do Vasco Gil, cujas obras, no valor de sessenta mil euros, ficarão concluídas na próxima semana. E embora na Região, nenhum Município tenha um Médico Veterinário Municipal, e essa alteração terá de ser feita em sede da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, fizeram uma requisição de uma Veterinária, que não sendo Veterinária Municipal por não ter enquadramento, está a exercer as competências ou as funções que seriam à partida para uma Veterinária Municipal. -----

- Estão a tratar da questão de raiz deste problema, que é a Educação, porque têm a responsabilidade enquanto Câmara, mas as pessoas infelizmente, abandonam ou maltratam os animais. -----

- Sobre as ações de esterilização massiva, que são essenciais e fundamentais, para além do protocolo com a SPAD, procuraram outras entidades que tivessem disponibilidade para fazer um protocolo com o Município do Funchal, sendo a AMAU a única entidade que se mostrou disponível estando no momento também a esterilizar animais errantes. -----

- Em relação ao não abate dos animais, embora todos concordem com o mesmo, é preciso terem consciência de que há um período de transição que tem de ser estabelecido, porque é uma responsabilidade que assumem pelo Funchal e pela Ilha toda, pois mais nenhum Município tem um canil e um gatil. -----

Quanto à questão da erradicação do *Amianto Zero*, esclareceu que a previsão orçamental são de quatro milhões de euros e que os projetos de arquitetura realizados e elaborados já estão em sua posse, sendo os Bairros Sociais, daquilo que é competência da Câmara, os primeiros a serem objeto de intervenção. -----

Para tal, implica também um programa em cronograma, não só no desmantelamento de alguns dos edifícios que terão de ser reconstruídos de raiz, como no alojamento dessas pessoas. -----

Sobre a questão dos autocarros das zonas altas, manifestou que esta é também uma das preocupações deste Executivo, por isso na semana anterior, tiveram reuniões com a Administração e com a Comissão de Trabalhadores da empresa, onde também abordaram a questão da privatização e exerceram a sua magistratura na defesa dos Municípios do Funchal, nomeadamente nas questões das zonas altas e de quem lá vive. -----

Ao Senhor Deputado Eduardo Welsh, no que diz respeito à contestação junto do Governo Regional, clarificou que têm uma ação que decorre no Tribunal Administrativo do Funchal sobre a expropriação, onde além da questão da nulidade de todo o processo do decreto, invocaram o prejuízo pela perda de património e a respetiva compensação. -----

Posto isto, passou a palavra ao **Vereador Domingos Manuel Martins Rodrigues**, que



passou a definir politicamente aquelas que são as estratégias sobre a política de Mobilidade da Câmara Municipal do Funchal, nos seguintes termos: -----

– **“Valorização da Mobilidade ativa** - estamos a falar de peões, bicicletas e bicicletas elétricas. -----

– **Valorização da Multimodalidade** – utilização dos vários meios de deslocação, e aqui muito claro, todos os meios de transporte são importantes, o que nós queremos é que não se utilize só um meio, utilizem-se os vários meios à disposição. -----

– **Questões de Segurança.** -----

Isto tudo enquadrado numa política de mobilidade sustentável que visa fazer face àquilo que hoje é discutido na sociedade, largamente as alterações climáticas, as emissões de dióxido de carbono e por conseguinte também poder atender aos compromissos que esta Câmara assumiu. -----

É preciso dizer aqui que em alguns dos parâmetros de poluição, o Funchal ultrapassa largamente a média nacional, nomeadamente as questões relacionadas com dióxido de carbono. Portanto, nós aproveitando a Semana da Mobilidade, e não mais uma Semana da Mobilidade que efemeramente passaria, decidimos implementar uma série de medidas permanentes, foram essas: -----

1º – Eliminar a circulação e estacionamento em cima dos passeios pelos veículos de duas rodas, permitindo a livre circulação dos peões como está definido naquela que é a nossa estratégia no ponto um – Valorização da Mobilidade Ativa. -----

2º - Fecho da Avenida Zarco, Sul, para aumento da zona pedonal do Funchal, mais uma vez como está definido no nosso ponto um. -----

3º - Implementar zonas de estacionamento para veículos de duas rodas no centro do Funchal, bicicletas e motos, em zonas adequadas para o efeito, não são zonas de estacionamento em zonas inclinadas como foram feitas no passado. E pela primeira vez

em parque coberto no Edifício 2000. -----

4º - Implementação de linhas Stop avançada, vulgo Bike Box, uma medida que visa discriminar positivamente e aumentar a segurança de bicicletas e de todas as viaturas de duas rodas, de maneira a poderem chegar em segurança aos locais de estacionamento. ---

5º - Implementação de passadeiras levantadas visando a segurança dos peões, assim como um corredor dedicado para a largada de passageiros, vulgo Kids and Ride, que So far so good é uma medida que neste momento é pedida já por outras escolas. -----

Todas estas medidas foram baseadas em estudos de avaliação, inclusive o estudo de dois mil e sete, que nos serviu com certeza para avaliar e verificarmos, não quer dizer Senhor Deputado que estejamos todos de acordo com todas as medidas, mas que foi utilizado foi, e foram também elaborados estudos por esta Casa, desta vez, a custo zero e nomeadamente discutidos com variadíssimas organizações. -----

É preciso ver que nós temos tido discussões com organizações da PSP, Exército, Representante da República, ACIF, Associação de Motociclistas, Escolas, eu próprio participei em ações de divulgação com os cidadãos e com os utilizadores, por exemplo do Kids and Ride. Nós somos uma Cidade que é já uma referência a escutar as pessoas, somos uma referência Nacional. -----

Para terminar, estas medidas são dinâmicas, nós estamos abertos, vão ser monitorizadas, estão a ser monitorizadas, estão mudadas, serão mudadas se for caso disso e estamos abertos a todas as contribuições, inclusive as da oposição, que infelizmente de propostas não ouvi nenhuma. -----

Gostava de dizer ainda duas ou três medidas que vamos implementar: -----

1ª - Duplicar o número de estacionamento coberto para veículos de duas rodas. -----

2ª - Lugares de alta rotatividade junto de edifícios públicos e zonas comerciais. -----

3ª - Implementações de zonas trinta. -----



4ª - Medidas de acalmia de tráfego em zonas habitacionais. -----

5ª - Corredores dedicados a tomada e largada de estudantes junto das escolas. -----

Queria fazer uma pequena ressalva e agradecer publicamente a todos os Funcionários da Câmara Municipal do Funchal pelo esforço, particularmente ao Departamento de Mobilidade, e um agradecimento muito especial a dois Jovens que são Especialistas, que são Mestres em Engenharia Civil, um dos quais fez uma tese em Modelação de Tráfego, é um único especialista em Modelação de Tráfego que temos nesta Região e que infelizmente nos últimos dias num jornal “mentiroso” foram achincalhados por pessoas de comportamento duvidoso”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu do PPD/PSD** interpelou a Mesa para pedir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que lhes seja facultada e endereçada rapidamente, toda a documentação que o senhor Vereador acabou de referir, porque precisam de consultá-la para se inteirarem e poderem acompanhar este processo. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** pediu à Vereação que diligencie no sentido de fazer chegar os documentos pedidos, aos Senhores Deputados. -----

De seguida antes de proceder à **votação do Voto de Protesto** que foi apresentado, chamou a atenção de que a Mudança foi sensível ao reparo da Senhora Deputada Herlinda Amado pelo que este ficou com o seguinte título: **Voto de Protesto contra a lenta asfixia que o Governo Regional está a infligir à autonomia do poder local.** -----

Assim, o mesmo foi **aprovado por maioria com vinte e três votos a favor, sendo quinze do GMM, três do CDS/PP, três do PCP/PEV, dois dos Independentes e dezasseis votos contra do PPD/PSD.** -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva do PCP/PEV** declarou que

o voto daquela bancada foi favorável, pela clara e total identificação com o objeto do protesto apresentado. -----

Uma vez que a Autarquia está a ser lesada numa verba que está a ser usurpada indevidamente pelo Governo Regional, pelo que deverá prosseguir não só junto dos tribunais, mas do plano político com este prosseguimento de causa justa em defesa da Cidade e dos Funchalenses. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez do PPD/PSD** disse que este voto de protesto é uma manobra de teatro, porque aquela Câmara quer manter este assunto na ribalta e a seu favor. Esquecendo-se que quem deixou de pagar à Câmara foi o Governo do PS em dois mil e nove e quem repôs o pagamento às Câmaras Municipais foi o Governo do PPD/PSD em dois mil e onze, defendendo ainda, o próprio Secretário de Estado, da altura, Eduardo Cabrita, do PS, que quem devia pagar esse valor era o Estado e não a Região Autónoma. -----

Terminou lembrando que se o Tribunal assim decidir, o Governo Regional não se coíbe de pagar, pois o atual Presidente do Governo Regional, e antes enquanto Presidente da Câmara, sempre defendeu que o Estado é que seria o devedor e não a Região. Por isso nunca colocou nenhuma ação contra o Governo Regional mas sim contra o Governo da República. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu do GMM** referiu que os Deputados que votaram favoravelmente aquele voto contra a asfixia que o Governo Regional está a infligir à autonomia do poder local, colocaram em primeiro lugar a defesa intransigente da autonomia do poder local, e em segundo lugar os interesses político partidários. -----

Como tal, o Governo Regional não pode ficar com os meios do Funchal, porque boicotar a Câmara Municipal do Funchal é dar uma real e violenta machadada na Autonomia Regional.

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** dando por encerrado o PAOD, chamou a primeira Secretária, Paula Belbut, para retomar o seu lugar na Mesa, e agradeceu o contributo do Deputado Gabriel Oliveira. -----

De seguida deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Um - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município em observância do disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, começando este por se referir sobre os assuntos que julga mais pertinentes a abordar naquela Assembleia, tais como: -----

- Com muita honra foi recebido pela Senhora Vice-presidente no passado dia dezoito, o **Galardão ECOXXI 2015 - Bandeira Verde** que atesta a qualidade enquanto Cidade. -----
Por isso o Funchal tem, enquanto Cidade Qualidade e Cidade Turística, uma responsabilidade muito grande no que diz respeito a questões da limpeza urbana, dos resíduos, dos jardins, das águas, da democracia participativa e da intervenção dos cidadãos. -----

Referiu e salientou também, o mérito por parte da Câmara de ter os Funcionários que tem, não esquecendo que concretamente ao Departamento de Ambiente, este tem sofrido nos últimos anos um decréscimo dos seus recursos, porque muitos deles têm uma idade avançada para o tipo de trabalho que efetuam. E, nos constrangimentos que estão limitados à contratação de novas pessoas para o quadro da Câmara, estes funcionários com muito esforço conseguem manter uma cidade limpa e com uns jardins com a beleza que todos lhes reconhecem. -----

Logo, este Galardão também é para os Funcionários da Câmara Municipal do Funchal. ---

- No âmbito do **Orçamento Participativo do Funchal**, o primeiro que foi realizado nesta Cidade, no dia trinta do passado mês de agosto, foi inaugurada uma praia acessível para

peessoas com mobilidade reduzida, a qual no momento, têm três veículos que permitem que qualquer pessoa com autonomia possa deslocar-se à praia e nadar. -----

E acrescentaram uma mais-valia para pessoas invisuais, que através de uma pulseira com um sensor que vai informando a pessoa da distância que está, permite-lhe uma autonomia para poder usufruir da praia. -----

Este projeto insere-se também numa estratégia que têm para a Cidade do Funchal porque esta é uma Cidade de Turismo e neste âmbito, o Turismo acessível é um nicho de mercado que interessa explorar e estrategicamente implantar nesta Cidade. -----

Este é também um exemplo daquilo que se pode fazer num universo que é enorme em termos daquilo que possam ser receitas para a Cidade e para a Região. Só na Europa, este nicho de mercado envolve mais de oitocentos milhões de viagens por ano, e na sequência daquilo que era a sua génese do turismo, podem ter aqui uma marca para a Cidade. -----

- **Obras e equipamentos** foi concluída a reparação da estrada do Poço Barral com um custo de cerca de duzentos e trinta mil euros, que por ser uma zona altamente densa do ponto de vista comercial e empresarial, com grande fluxo e grande pressão de carros e de pessoas, necessitava de uma intervenção profunda para assegurar não só a parte rodoviária mas também a parte das pessoas Por isso foi construído um passeio contínuo que assegura neste momento, uma deslocação das pessoas sem terem obstáculos nesse mesmo passeio. -----

Foram ainda resolvidos três pontos críticos de estrangulamento através de um processo de expropriação, que envolveu cinco frações, pelo que neste momento aquela zona comercial está dotada de outras condições de acesso. -----

- **Gestão das estações elevatórias**, já foi feita a adjudicação da sua manutenção no valor de quase quatrocentos mil euros anuais. -----

- **Manutenção da telegestão da rede de abastecimento de água**, que por não estar a



funcionar desde dois mil e treze, foi adjudicado pelo prazo de um ano, naquilo que consideram uma medida acertada e que já tardava. -----

- **Regulamentos municipais**, por existirem faltas e lacunas em termos da regulamentação municipal para determinadas áreas essenciais na governação desta Cidade, estão em procedimento de elaboração de regulamentos, tais como: Regulamento da Ocupação do Espaço Público Municipal e da Afixação e da Inscrição de Mensagens Publicitárias de Natureza Comercial, Regulamento das Feiras e o Regulamento Geral das taxas e Outras Receitas. -----

Para além destes, elaboraram o Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços e o Regulamento de Apoio à Natalidade, que fazem parte da ordem de trabalhos desta Assembleia. -----

- **Economia e Cultura** começou por realçar a abertura do Balcão do Investidor que no âmbito da reabilitação urbana, do comércio e dos serviços, visa ter uma atenção especial para aqueles que querem investir ou que já investiram na Cidade do Funchal. -----

Pelo que, foi criada uma figura do Assistente Municipal que acompanha todo o processo, desde a ideia ao licenciamento e à conclusão daquilo que é o investimento, ajudando também na celeridade e na agilidade de quem quer investir, e que não pode perder tempo com questões que podem atrasar ou inviabilizar esse mesmo investimento. -----

Referiu-se depois à criação do site e da nova imagem do Teatro, onde neste momento permite a todos aceder à sua programação. -----

Também para além da criação de lugares para pessoas com dificuldade de mobilidade poderem assistir aos espetáculos, foi renovada toda a parte dos camarins e implementado um raider técnico, para quem quer usar o Teatro nas diversas valências em termos daquilo que são os equipamentos e aquilo que tecnicamente pode usar. -----

E aproveitando esta questão da Cultura, esclareceu a Senhora Deputada Patricia Brazão de Castro quando se referiu ao tema do Matadouro, que não irão plagiar a inércia do PPD/PSD que apresentaram diversos projetos que ficaram pelo caminho, deixando aquele espaço no estado em que se encontra. Pois têm um projeto para o mesmo que irá ser uma mais-valia para a Cidade, tanto do ponto de vista da reabilitação como do ponto de vista da economia e da dinamização da economia local. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. A Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado do PCP/PEV levantou algumas questões que foram suscitadas no decorrer da leitura do documento que o senhor Presidente abordou, tais como: -----

- Ações de Sensibilizações / Informação – “Vem conhecer o Património da Cidade”, por o Mercado Municipal fazer parte desse património, e existirem algumas falhas da toponímia e da sinalética da Cidade, já suscitadas e recolocadas no anterior e no atual Executivo por parte da CDU, para quando a sua resolução, no caso concreto do Mercado? -----
- Bandeira Azul, por serem dados exemplos de algumas das atividades desenvolvidas nos complexos balneares desta Cidade, questionou o Senhor Presidente se se confirma a reabertura do Lido para o dia um de outubro, como anteriormente anunciado? -----
- Sobre as descargas próximas de algumas das nossas zonas balneares, foram ou não identificados os responsáveis? De que forma é que eles foram responsabilizados? E que medidas é que a Câmara está a considerar para que essas situações não voltem a ocorrer? -----
- Criação no Funchal do Eco Parque Marinho, que não sendo uma dependência da responsabilidade direta da Câmara, que medidas é que estão a ser consideradas pela Autarquia, de maneira a que seja uma questão efetivamente concretizada? -----
- Programa “Educar para a Prevenção e Controlo do Mosquito *Aedes aegypti*”, quais foram as medidas que foram desenvolvidas no combate ao mosquito? Que medidas foram



aplicadas? Qual a sua eficácia? Que impacto é já conhecido? -----

2. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva de Abreu do CDS/PP chamou a atenção dos seguintes pontos: -----

1º Ponto – Apesar de não terem nada a dizer da inauguração e implementação do Balcão do Investidor, que tem por objetivo ir ao encontro daqueles que precisam de investir na Cidade do Funchal, de modo a informar de uma forma simples, objetiva e muito clara sobre a burocracia que será necessária para qualquer investidor. -----

Lembrou que foi criada em janeiro de dois mil e quinze a necessidade do Balcão do Empreendedor, que já foi implementado em dezenas de Câmaras pelo País visando a desburocratização de tudo o que diz respeito ao licenciamento zero, e esta Câmara ainda não o implementou. -----

Como tal, e sendo um dos objetivos do Governo da República a implementar, qual é a estratégia desta Câmara para o implementar e para quando? -----

2º Ponto – Sobre a recuperação e a ampliação da ETAR, em que fase se encontra esta obra? Teve apoio ou não do Governo Regional? O que é que implica: reestruturação, ampliação, alteração, melhoramento? Para quando a sua conclusão? -----

3º Ponto – Projeto Cantina / Mercado, o que é que implica este projeto? -----

3. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu do PPD/PSD começou por voltar a referir que o relatório tem um carácter duplo, porque por um lado tem a comunicação daquilo que fazem os serviços de uma forma exaustiva, por outro lado tem aquilo que supostamente seria destacar a atividade camarária. Porém muitos dos destaques que o Senhor Presidente apresenta não estão no Relatório, sendo assim a sua agenda. -----

Como tal, chamou a atenção para algumas questões que os Relatórios não trazem, ou que trazem por omissão ou por excesso: -----

- Programa Câmara à Porta, por finalmente estar a ser avaliado, qual o processo de avaliação? Quando é que se espera estar concluída? Quem participa nessa avaliação? ---

- Os Bombeiros dizem publicamente que têm problemas, o que é que se passa com os mesmos? É um problema interno da Câmara? -----

- Mobilidade: qualquer engarrafamento de carros elétricos é sempre um engarrafamento, por isso sugeri que tenham em mente esta ideia quando falam de Mobilidade. -----

Porque a Mobilidade não é trocar um meio, nem andar mais depressa nem andar mais devagar, nem diminuir nas toneladas de CO2. -----

- Que é feito da Agenda XXI? Quando começa? Porque não vem mencionada nas atividades da Câmara? -----

Porque no entender daquela bancada esta é uma boa medida apresentada no programa daquele Executivo, que tem de ser posta em prática, e embora leve tempo não carece de estudos, nem de dinheiro, carece apenas da vontade política de chamar as partes para a discutir. -----

- No Relatório não consta nenhuma referência a qualquer atividade relativamente ao desenvolvimento de retomar o processo do PDM. Onde é que ele está? -----

Concluindo, disse que o Relatório, tirando as questões apresentadas por alguns Deputados, não passa do mero preenchimento do requisito administrativo de ali apresentar uma coisa que ninguém atenta, que continua na mesma forma, de difícil monitorização e entendimento porque vão mudando as estatísticas, os gráficos e tudo aquilo que é a apresentação do próprio Relatório. Suplementado pela "notinha" do Senhor Presidente para enfeitar e dizer que participou na elaboração do mesmo. -----

4. O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente ao observar o relatório, surgiram-lhe duas questões: -----

- Na área jurídica os processos que estão elencados começam só em dois mil e catorze,

Paulo Beltrão

mas com a morosidade da justiça julga que existem muitos mais processos em decurso, que se calhar deviam de ser também incluídos para não dar uma imagem distorcida da situação da Câmara. -----

- No Relatório da Cultura, verificou que no que se refere à Ciência, é referida a estatística das entradas e das receitas dos Museus, por isso julga que no que se refere à Cultura isso também se deveria verificar, em relação às receitas e ao número de entradas dos espetáculos do Teatro. -----

5. O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues do PPD/PSD começou por dirigir-se ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que com todo o respeito e toda a consideração irá coibir-se de usar alguma adjectivação que tinha na sua intervenção, e irá falar com mais objectividade, menos caracterização e menos politiquice. -----

Como tal, em primeiro lugar, sem qualquer tipo de ironia ou sarcasmo, aplaudiu, louvou e deu-lhe parabéns pela medida implementada durante o verão, sobre a acessibilidade à praia pelos Cidadãos com mobilidade muito reduzida e para os Cidadãos com deficiência visual, resultante da iniciativa do Orçamento Participativo. Esperando que a mesma esteja a resultar, que tenha continuidade, e que eventualmente possa ter algum alargamento a outro sítio, caso haja essa possibilidade. -----

Contudo, no seguimento daquilo que ali já se passou, não percebeu a reacção do Senhor Presidente sobre a intervenção muito bem-feita da Deputada de bancada, Patrícia Brazão de Castro, onde apontou as críticas, os problemas e fazendo um enquadramento em relação ao que se está a passar com o Matadouro. Por isso, e embora possa ser do cansaço e da posição ingrata em que “apanha pancada de todo o lado”, julga que era escusado o Senhor Presidente ter dado a resposta que deu, no sentido de imputar qualquer tipo de responsabilidade à anterior Vereação, dizendo, de certa forma desagradável, que aquilo que vai acontecer, não é aquilo que aconteceu durante o mandato do PPD/PSD. -----

Outra consideração que colocou foi em relação ao apelo incessante, constante, frequente e regular à participação dos Cidadão nos destinos Autárquicos. Porque, embora ache isso bem por ser uma postura e uma posição de princípio que deve de ser apoiada e acompanhada, tal como o fizeram com o Orçamento Participativo e que teve um bom resultado, em relação à Mobilidade, a ACIF, por exemplo, diz que não foi ouvida nem achada. Embora, o Senhor Vereador tenha referido que teve várias intervenções junto de algumas entidades e que participou em ações de formação e informação. -----

E sobre a questão da Mobilidade, referiu que para que esta fosse uma discussão construtiva, os Deputados Municipais e os Vereadores, embora estes tivessem sido informados de nada em concreto, deveriam de ter conhecimento de uma forma direta pelo menos da parte final deste processo, porquanto foram indicados e eleitos pela população do Município, têm essa responsabilidade. -----

Assim, para eles é muito mais fácil dizerem que estas são medidas avulsas, que não percebem aquilo que está a acontecer, que não sabem qual é o seu alcance, que não sabem quais os indicadores que as vão monitorizar e que não sabem quais os objetivos a atingir. E não é isso que pretendem porque não estão contra as medidas *per si*, não estão a favor de uma Cidade bloqueada, poluída, que não ande, que tem passeios ocupados, nem dizem que a *bike box* não deve de ser ali e que deve de ser do outro lado da ribeira. - Terminando referiu-se a algumas situações que lhe foram colocadas, as quais algumas testemunhou, por comerciantes do Mercado dos Lavradores e dos seus arredores: -----

- Na generalidade os comerciantes do Mercado dos Lavradores e da zona envolvente, não conhecem ou discordam das medidas que estão a ser implementadas nomeadamente na atribuição dos espaços, gerando situações de discriminação em relação a todos, que inclusive não estão bem dirimidas no regulamento de atribuição dos espaços e que levam e geram conclusões. -----



- Existe uma situação concreta de concorrência desleal dentro do Mercado em que foi atribuído um espaço a uma determinada Associação, somente para demonstração de produtos. Porém comercializam os produtos dessa demonstração, não pagando renda, água e eletricidade. -----

- Um comerciante que possui um espaço virado para a Rua D. Carlos I, sobranceiro ao Almirante Reis, paga pelo espaço da ocupação da esplanada e pelo outro espaço que possui imediatamente atrás, na Rua de Santa Maria não paga. -----

- Na Rua do Hospital Velho desapareceram os lugares de Cargas e Descargas para as mercadorias que vão ser comercializadas no Mercado dos Lavradores, pelo que os comerciantes têm de percorrer cerca de quinhentos metros para fazer essa carga e descarga. -----

6. A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins Silva do PPD/PSD sobre o Relatório de Atividades referiu-se à Divisão de Desenvolvimento Social, em especial aos quatro programas: Câmara à Porta, Medicamentos, Subsídio Municipal ao Arrendamento e ao PRESERVA. -----

Começando pelo Câmara à Porta, sugeriu que estava na hora da Câmara avaliar, mas suspendendo o programa, sobre o que é que se está a passar devido à sua aplicação ter uma prática baixíssima, pois desde a sua existência, janeiro de dois mil e catorze até agora, são apenas seis os Municípios apoiados. -----

Serão as pessoas que ainda desconhecem este programa? Será ele tem requisitos tão apertados, cujo cumprimento se torna tão complicado por parte dos Municípios? Será que ele não tem qualquer utilidade para os Municípios? -----

De qualquer modo, é de opinião de que não há problema implementar uma política e vir a verificar-se que ela não tem qualquer eficácia. Se a tentativa não deu certo, é preciso voltar atrás, repensar, e pensar numa alternativa ou simplesmente deixar a vida andar e perceber

aquilo que é necessário junto dos Municípios. -----

Em relação aos Medicamentos, com um pouco mais de sucesso em relação ao Câmara à Porta, julgam que não atingiu aquilo a que a MUDANÇA se propunha com este tipo de programa. Talvez por já existirem outras entidades públicas que fazem o mesmo, e quiçá, por ser mais simples de aderir, as pessoas conheçam melhor, já sabem onde se deslocar e o que fazer. -----

Assim, apelam para que este programa também seja avaliado à semelhança do Câmara à Porta, para analisar o que é preciso fazer ou deixar de fazer e procurar outras soluções que venham ajudar a população que precisa. -----

Quanto ao Subsidio Municipal ao Arrendamento, como já disseram, é aquele que melhor está a cumprir o objetivo. -----

Sobre o PRESERVA, percebem que por ter sido criado em janeiro de dois mil e quinze tem ainda uma aceitação lenta, e talvez por culturalmente não sermos um povo participativo, que esteja próximo da agenda política, e que acompanhe diariamente aquilo que se faz nas Autarquias e no Governo. Logo estes programas passam um pouco ao lado, sem prejuízo da Câmara ter vindo a divulgar tudo o que faz no seu site e junto da comunicação social. -
Contudo, este PRESERVA que tem no âmbito de atuação, a Conservação, Reparação e Beneficiação de Habitações Degradadas de Agregados Familiares Carenciados, vem fazer um pouco aquilo que já era feito no passado, por duas Associações, a ASA e a ADECOM. E embora compreendam porque é que a Câmara Municipal quis substituir aquilo que as duas Associações faziam: por estas estarem conectadas com o PPD/PSD, por agora quererem mostrar uma nova narrativa e a sua vez de fazer, e pelos outros argumentos que todos conhecem, em especial o da ASA, que se prendem com as irregularidades que já foram ali faladas e assumidas e que despertaram discursos inflamados, o que querem referir é que face às estatísticas que são apresentadas, e embora o programa não tenha

um ano, o número de Municípios apoiados durante a vigência do programa é zero. -----
E como continua a realidade das habitações degradadas, por exemplo, nas zonas altas do Funchal, porque é que então não estão a ser apoiadas? O que é que está a acontecer? É uma questão do regulamento? É a falta de financiamento? -----

Assim, sugerem que ao invés de avaliarem o programa, falem com os parceiros sociais, com a ASA e com a ADECOM, para saberem se têm condições para ajudar a implementar este programa e nesta demanda que é governar a Cidade do Funchal, uma das mais importantes do País. -----

Pois as duas Associações, embora paradas e completamente asfixiadas, ainda estão constituídas, e sendo a Autarquia parceira social, financeira, com meios materiais ou meios humanos, tinha todo o direito de fiscalizar a atividade dessas Associações. -----

Concluiu pedindo para serem informados sobre a taxa de sucesso destes programas desde o início de vigência até agora, e a sua correspondência direta no orçamento para este apoio social às famílias nos vários programas, para assim poderem, avaliar concretamente aquilo que tem sido o gasto no apoio social, da bandeira tão grande e tão agitada pela Coligação MUDANÇA. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira do GMM** pediu esclarecimentos à Deputada Raquel Silva, sobre as irregularidades e ilegalidades cometidas pela ASA ao fornecer material para habitações ilegais. Uma vez que esta defende que as pessoas devem de ser ajudadas a legalizar as habitações, mas não defende que a Câmara apoie financeiramente as Associações, para estas depois fornecerem material para ajuda de habitações que estão ilegais, porque segundo a lei isso até é causa para perda de mandato do Presidente. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins Silva do PPD/PSD** esclareceu: "Que mais uma vez a intervenção foi somente naquilo que foi feito e não na solução de

futuro. -----

E já que fala de ilegalidade então começemos pelo PDM. Não se aprova um regulamento para reabilitar casas degradadas quando o problema de fundo era resolvido com o PDM, então afaste-se o regulamento, resolva-se os problemas das ilegalidades e depois então vai-se ajudar as famílias carenciadas. -----

Mais uma razão para este regulamento nem sequer fazer sentido, porque faz sentido é primeiro legalizar com o PDM, porque as suas palavras são tão poucas que o principal problema são as casas ilegais. -----

Então, vamos dar força ao PDM e não ao PRESERVA, aí é que está a questão de fundo que é o PDM. Mais, quem está a chover no molhado é o Senhor Deputado que continua a falar das irregularidades. Por isso, comece de novo, comece uma nova história porque o Senhor Deputado está a viver em modo museológico, os museus é que vivem do passado. E o Senhor Deputado não faz uma nova história porque está sempre a colar ao PPD/PSD, se é MUDANÇA começa-se de novo, começa-se outra narrativa, pegue no programa PRESERVA peça ajuda a quem já fez, e ajude o Executivo a trabalhar no PDM que isso é que é a questão de fundo. -----

O interessante é que a inércia é fundamentada com culpa do PPD/PSD, mas a ação também é fundamentada pelo PPD/PSD". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira do GMM** pediu os seguintes esclarecimentos à Senhora Deputada Raquel Silva: -----

- Se o programa PRESERVA tem uma taxa nula é porque a maior parte dos pedidos são sobre casas ilegais, então como é que as Associações que referiu poderão apoiar esses mesmos casos? -----

- Está a propor para darem apoio a uma Associação para promover a reparação de casas ilegais? -----



- Valerá a pena apoiar instituições que têm como historial darem material que depois era colocado no chão, que só na administração gastavam quarenta e tal por cento das verbas que recebiam, que no Relatório de Contas mencionam a aquisição de uma embarcação de recreio? -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins Silva do PPD/PSD** elucidou que a proposta que fez foi: "As habitações degradadas apoiadas pela Câmara naquilo que pode ser apoiado no âmbito do PRESERVA, se calhar as Associações também fariam melhor e aí a Câmara seria parceira e iria fazer a fiscalização da atividade dessas Associações. Aquilo que está ilegal é problema de PDM, foi o que eu disse, então trabalhe-se para o PDM para concertar aquilo que está ilegal e que é possível legalizar e vamos reparar aquilo que está degradado. -----

Mas olhando para o programa e vendo a sua taxa de eficácia que é nula, percebe o que se está a passar, e que se calhar perguntar à sociedade civil se não pode ser parceira e ajudar a implementar este programa. Nunca ouviu dizer que estamos contra ou que é para fazer reparações em casas ilegais, a ilegalidade pertence ao PDM naquilo que for possível, aquilo que está legal que se repare dentro dos critérios do programa. -----

Vamos tentar perceber é porque é que a eficácia é nula, se calhar a eficácia é nula, por algum problema de aplicação do próprio regulamento e naquilo que a Câmara não conseguir fazer. Porque apercebe-se que não consegue fazer, por não conseguir chegar à população e se calhar as Associações que antes faziam, possam vir a fazer sobre a orientação e fiscalização da Câmara". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira do GMM** pediu mais um esclarecimento, porque se a grande questão da fraca eficácia tem a ver com a ilegalidade das casas, não vê como é que estar associado a uma Associação poderá resolver a situação e trazer vantagem. -----

Embora também defenda que existindo habitações que estão em cursos de água e em zonas que são proibidas, é preciso arranjar maneira de dar a volta à situação. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins Silva do PPD/PSD** clarificou que a diferença talvez seja que em termos de procedimentos de regras de atuação as Associações estejam mais libertas para serem mais ágeis, para chegarem mais próximo e para serem mais eficientes do que propriamente a Administração Pública Local. -----

E por estarem a tentar perceber porque é que os programas não estão a chegar à população, estão a sugerir alternativas. -----

Também lançaram o quesito do PDM para as questões ilegais, dentro daquelas que forem possível legalizar e aquelas que não estão em situação legal. -----

Concluiu dizendo que se os programas não estão a atingir aquilo que inicialmente pensavam, é preciso reavaliá-los, porque as bandeiras não são só para cumprir porque foram anunciadas, é necessário também que elas cheguem à população e tenham o resultado desejado. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente** retorquiu se será uma solução mudar o PDM para legalizar coisas que foram construídas ilegalmente, pois essa possibilidade poderá dar ensejo à construção de outras novas casas em zonas que se calhar não são as mais apropriadas. Porque as regras foram feitas justamente para impedir que fossem construídas habitações em certas zonas perigosas. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins Silva do PPD/PSD** abdicou de comentar. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos aos Senhores Deputados intervenientes. Começando este pelas intervenções que foram feitas sobre o Programa PRESERVA, esclareceu o seguinte: -----



- O Programa PRESERVA no momento tem cinco casos aprovados que estão à espera de orçamento. Porque pedem um orçamento adequado ao caso específico da reparação que tem de ser feita em cada uma das habitações, fomentando assim, a legalidade e ajuda às pessoas para as legalizar em termos de registo e dentro das regras do PDM, ao contrário do que era feito no passado, em que fomentaram a ilegalidade através do apoio que a Câmara dava às referidas Associações. -----

Todavia, como estão disponíveis a colaborar, já procuraram a ADERAM da qual são associados, para poderem incluir aquele PRESERVA dentro daquilo que já é uma experiência acumulada daquela associação na reabilitação das habitações degradadas, mas a resposta dada pelo Governo foi negativa, apesar da vontade dos órgãos de quem dirige aquela Associação. -----

E aproveitando a ocasião, apelou à magistratura de influência, daquela bancada, por ventura no PPD/PSD para, se fosse possível, nos termos de algum contrato protocolizado com a referida Associação, que fosse benéfico para as pessoas naquela matéria. -----

Todavia, continuam à procura de soluções dentro de um quadro legal. -----

- Sobre o Câmara à Porta, disse que embora reconheçam as fragilidades do mesmo, não vão suspendê-lo só por o estarem a avaliar. O programa continua, não só em termos de procedimentos mas também a quem se destina, porque tratando-se da população idosa acham que há carências que vão muito mais além e que podem ser melhoradas para com maior objetivo ajudá-las. -----

- Dirigindo-se ao Senhor Deputado Carlos Rodrigues, esclareceu que tem todo o respeito pela Senhora Deputada Patricia Brazão de Castro e que lhe respondeu com toda a educação e respeito, porventura de uma forma política incisiva, mas sem intenção de ofendê-la. -----

Agradeceu-lhe também os seus elogios em relação à Praia Inclusiva. -----

Sobre as questões levantadas sobre o Mercado dos Lavradores esclareceu: -----

No que diz respeito à zona de cargas e descargas, ao falar com o Senhor Vereador com a parte da Mobilidade e conforme a informação dos Serviços, não houve qualquer alteração relativamente às Cargas e Descargas. Houve sim, alteração em cinquenta lugares de carros nos parcometros daquela zona. -----

Sobre a atribuição dos espaços, todos os comerciantes foram ouvidos em reunião, estando o processo concursal a decorrer de uma forma normal, pelo que na última reunião de Câmara já atribuíram vários espaços. -----

Depois os proprietários dos mesmos têm de fazer um depósito no valor da renda por um período de seis meses. E embora essa renda apresente valores exorbitantes, porque há espaços no valor de duzentos euros em que as pessoas oferecem quatro mil euros, não podem estabelecer um teto porque no âmbito da contratação pública há uma avaliação que é feita para encontrarem um valor base das propostas apresentadas. -----

Quanto à questão do pagamento das esplanadas, no âmbito da fiscalização mandará averiguar o que é que se está a passar e quem está em situação irregular. -----

- Ao Senhor Deputado Eduardo Welsh esclareceu irão elencar as suas sugestões, embora tenham a contabilidade feita no que diz respeito ao número de espetáculos e receitas do Teatro Municipal Baltazar Dias, e também sobre os processos judiciais. -----

- Relativamente ao Senhor Deputado Domingos Abreu, clarificou que no Quartel dos Bombeiros existem painéis solares que aquecem a água mas não têm capacidade para servir toda a gente, todavia a situação será resolvida. -----

Sobre a Agenda XXI Local disse que embora seja uma preocupação de todos, em Portugal houve um falhanço com a mesma, devido à dificuldade de participação de envolvimento das pessoas, e neste momento estão, com a questão do Orçamento Participativo, a dar os passos certos para dentro daquela serem aceites por todos como um dos instrumentos no

âmbito ambiental. -----

- Ao Senhor Deputado Lino Abreu, informou que a questão do Balcão Empreendedor não é uma matéria que esteja dependente da Câmara Municipal do Funchal, se bem que tenha sido uma matéria que já falaram tanto no Governo da República, numa reunião que tiveram com o Senhor Secretário de Estado da Administração da Modernização Administrativa e da Agência da Administração Administrativa, como com o Senhor Secretário Regional da Economia e Turismo da Região Autónoma da Madeira, para que o mesmo chegue à Madeira e possam proceder e executar aquilo que é o Licenciamento Zero. -----

Sobre a Cantina do Mercado, clarificou que são obras de requalificação de um espaço que os funcionários utilizam para pequenas refeições. -----

Relativamente à recuperação da ETAR informou que no mês de novembro o projeto vai estar concluído, e irão candidatar-se ao POCUR até trinta e um de dezembro. -----

Por tratar-se de um valor de cerca de doze milhões de euros e por ser um projeto mais do interesse Regional do que municipal, falta-lhes atentar da parte do Governo Regional a comparticipação através de contrato-programa. -----

- Por último elucidou a Senhora Deputada Herlinda Amado, que nunca esteve no horizonte daquele Executivo a inauguração do Lido no dia um de outubro. Além de que houve um atraso em termos de obra estando as mesmas ainda a decorrer, o que pretendem é que a obra em dezembro esteja concluída. Informou ainda que apesar desse atraso não há qualquer encargo maior para o Município naquilo que é a adjudicação à empresa. -----

Sobre o Eco Parque Marinho explicou que têm um projeto pronto e esperam que legalmente seja possível implementá-lo. -----

Quanto ao combate ao mosquito o mesmo está a ser feito e monitorizado, mas no futuro é necessário que este seja financiado porque a Câmara não tem meios para conseguir executar a continuidade do plano. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho do CDS/PP** pediu que seja esclarecido e fundamentado, para quando está previsto o novo PDM, pois o atual Executivo apregoou durante a sua campanha que iriam reformular algumas questões que estavam mal feitas no anterior PDM do PPD/PSD. -----

Como tal, o CDS/PP defende que coloquem mais uma vez os Cidadãos do Funchal a participar, como foi o Orçamento Participativo, de uma forma massiva e de uma forma construtiva nesse instrumento que vai ser necessário para a Cidade do Funchal. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu o Senhor Deputado Gonçalo Pimenta dizendo-lhe que não têm o PDM suspenso, e que continua legal e em vigor o PDM de mil novecentos e noventa e sete, sendo este o ponto da situação: -----

Ponto 1 – Não estão no vazio. -----

Ponto 2 – Este processo está atrasado mas não por culpa do atual Executivo mas sim porque a comissão de acompanhamento do PDM, formada e constituída pelo Governo, elaborou um relatório que devia de ter sido entregue no prazo de um ano e esse relatório só chegou depois de um ano. Além desse facto em termos de conteúdo, esse relatório tem plasmado evidentes condicionalismos. -----

Informou também, para além do trabalho que está a ser feito internamente pelos Técnicos desta Câmara, que tiveram recentemente uma reunião com o consórcio que está a elaborar o PDM, e o mesmo apresentou a proposta contendo algumas falhas, como por exemplo, não consta nada sobre Mobilidade, e há também a necessidade de inserir a alteração da Lei de base da política de solos, que entrou em vigor. -----

Portanto, juntamente com a empresa que foi concedida a elaboração da proposta do PDM, continuam a trabalhar diariamente no sentido de ter o PDM pronto durante o ano de dois mil e dezasseis. -----

--- **A Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado do PCP/PEV** retorquiu que



tendo em conta que algumas das questões colocadas logo no início não foram respondidas, gostaria de saber se quanto às descargas foram ou não identificados os infratores? Que sanções foram aplicadas aos mesmos? E que medidas estão a ser perspectivadas para o próximo ano? Em relação à toponímia e à sinalética? E em relação ao Eco Parque Marinho, tendo em conta que o projeto já está pronto, a dificuldade da sua execução está no financiamento? -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que sobre as descargas apesar dos esforços que têm sido feitos não foram identificados responsáveis, e que as análises à qualidade das águas na frente mar do Funchal têm dado negativas. -----

Porém, nesta matéria são diversas as entidades que têm diferentes competências, tais como: o Município tem competência nas águas residuais em termos do saneamento básico daquilo que possa ser algum derrame, o Governo Regional tem competência na parte da hidráulica, os cursos de águas, as ribeiras etc., a entidade portuária, a capitania, tem competência relativamente às águas do mar. Por isso, é neste esforço que todos têm de atuar para ver se há alguém que está a cometer algum crime. -----

Contudo, por iniciativa desta Câmara têm neste momento articulado uma forma de comunicação entre a DROTA, a Fiscalização Municipal e a parte da autoridade marítima para quando existir alguma reclamação, a Câmara ou alguma destas entidades verificar alguma anomalia no que diz respeito às águas do mar. -----

No que diz respeito à sinalética do Funchal, embora seja recorrente falar-se do Mercado, estão a trabalhar no sentido da sinalética direcional e da sinalética monumental, em toda a Cidade porque do ponto de vista turístico parece-lhes indispensável existir uma nova sinalética tanto direcional como monumental, que torne a Cidade mais acessível em termos de informação, nomeadamente a informação turística. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu do PPD/PSD**

questionou o Senhor Presidente, do ponto de vista legal, qual é em concreto e objetivamente o impedimento, relativamente ao Eco Parque Marinho do Funchal? -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que da informação que possui, já têm o projeto feito em termos daquilo que é pretendido no Eco Parque Marinho. -----

Mas, em termos de constituição e formalização do ponto de vista legal, não lhes é permitido a criação desse Eco Parque Marinho, porque teria de ser criado um decreto que constituísse e formalizasse a sua criação, pois por ser um domínio marítimo em que a Câmara Municipal, ao contrário de outra parte do território, está condicionada e não pode ela *per si* criar o Parque Marinho do ponto de vista jurídico. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho do CDS/PP** felicitou o Senhor Presidente da Câmara, porque pela primeira vez foi elucidativo à pergunta do CDS/PP, uma vez que ficaram a saber dos passos que foram dados, dos instrumentos que estão a ter e esperam que no futuro materializem e concretizem o novo PDM, como disse e bem, na parte final da sua intervenção. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu do PPD/PSD** voltou a perguntar se existe uma proposta concreta e objetiva do ponto de vista de instrumento jurídico feita pela Câmara? Porque a proposta deve incluir a atribuição do estatuto se é sítio, se é área, se é reserva ou se é parque. -----

Para além de que como área protegida, a Câmara tem todas as competências legais de fazer uma proposta e de a fazer aprovar, pelo menos em duas categorias do atual sistema nacional de áreas que regulam o sistema de áreas protegidas. -----

Como exemplo e sugestão, deu a criação do Parque Ecológico do Funchal, que é exatamente igual, aconselhando a seguirem o mesmo estatuto jurídico que foi atribuído ao mesmo. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que do ponto de vista jurídico e de estatuto



o Parque Ecológico do Funchal não existe. Todavia puderam lá intervir e dar-lhe aquele nome porque é uma propriedade que é património municipal, mas no mar não podem intervir porque este não lhes pertence. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu do PPD/PSD** retorquiu se o Senhor Presidente põe em causa todo o trabalho que o Parque Ecológico tem feito? -----

Pois conhece e já escreveu publicamente sobre o Parque Ecológico do Funchal, que é uma reserva que não existe, mas funciona do ponto de vista de motivação para a conservação da natureza e para a educação. E sobre o mar podem fazer exatamente igual, a única coisa que não podem fazer, na proposta inicial do Eco Parque Marinho é a superposição com a área de jurisdição portuária. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** prescindiu de responder. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** voltou a dar a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para o mesmo apresentar o **Ponto Dois - Proposta de deliberação da Designação dos Júris para Recrutamento de Cargos de Direção Intermédia de 1º, 2º e 3º Graus, em observância do disposto nº 1, do art.º 13º da Lei nº 49/2012, de 29/08**, o qual começou por dizer que este processo voltou com as sugestões que foram feitas de todos os cargos dirigentes da Câmara Municipal que agora está plasmado. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia do PPD/PSD manifestou o seguinte: "A proposta que agora se apresenta a discussão, para posterior votação não pode deixar de ser reconhecida como uma vitória política do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

Não se trata de se querer chamar a nós os louros da vitória por mera mesquinhice; trata-se, isso sim, de chamar os louros da vitória em nome dos interesses de uma boa gestão

camarária e autárquica que, inevitavelmente, só terá reflexos positivos na vida do Município. Todos se lembram, aquando da discussão deste ponto, na sessão anterior desta Assembleia, do quão irregular, já para não dizer ilegal, estava a designação dos Júris dos referidos Concursos. No entanto, e por pura cegueira, teimosia e arrogância, com uma grande pitada de falta de humildade, não quis o Executivo camarário dar razão à bondade da nossa proposta. Acontece, porém, que, rendidos às mais que demais evidências, e com muito custo, veio o Executivo reconhecer que, afinal, eram as propostas do PPD/PSD que estavam certas e corretas (o que, aliás, já vem sendo hábito). -----

Destarte, se é de se louvar o reconhecimento do Executivo camarário sobre a proposta do PPD/PSD que, além de legal, só visava a boa gestão dos interesses da vida e o dia-a-dia da Câmara e, em última mas principal análise, dos Municípes, é de se lamentar que este Executivo tenha levado nove meses, só por pura arrogância e total birra política, a voltar a apresentar esta proposta à Assembleia Municipal (que ainda levará mais alguns meses até à efetiva conclusão dos respetivos procedimentos concursais), arrogância e birra políticas essas que, apenas e tão-somente, prejudicaram a boa gestão da Câmara Municipal e do Município, ao longo destes dois anos, e acima de tudo, os próprios Municípes. -----

Reposta, pois, a legalidade desta proposta, e colhidas que foram as propostas do PPD/PSD, naturalmente é intenção deste grupo municipal votar favoravelmente". -----

2. A Senhora Deputada Herlinda Maria Gouveia Amado do PCP/PEV-CDU expôs: "Na Vereação, aquando da votação deste documento, a CDU absteve-se, remetendo uma posição final para a sessão da Assembleia Municipal. -----

Quanto a esta questão, consideramos que este é um processo que já se arrasta há demasiado tempo. Por diversas razões (que não vale a pena enumerar agora), o mesmo não avançou com a celeridade que se pretendia. -----

Ao analisarmos o documento verificamos que foram introduzidas algumas alterações,

Paulo Belbin

sendo que as mesmas resultam de sugestões e propostas apresentadas em anteriores discussões. A introdução de notas biográficas que constituem um apoio importante pois nem todos conhecemos quem é proposto para integrar os diversos júris, a forma como são apresentados os nomeados para a composição dos diversos júris, a abertura da composição dos mesmo a diversos setores (docentes universitários, quadros superiores de diversas áreas... etc...) que não somente quadros do Município, parecem-nos boas medidas e que poderão ajudar a que este seja um processo ainda mais transparente e rigoroso. -----

Nunca se tratou de pôr em causa a competência das pessoas propostas, tratou-se de outros aspetos que considerávamos menos claros e transparentes. -----

Face às alterações introduzidas, que consideramos positivas, iremos votar favoravelmente esta proposta". -----

3. O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira do GMM reconhecendo que o PPD/PSD e a CDU irão votar favoravelmente, disse que este atraso de nove meses poderia ter sido reduzido em alguns meses se tivessem aprovado este Júri à primeira, e o PPD/PSD pôr em causa a idoneidade de algumas pessoas que constavam do Júri só porque estão neste ou naquele partido, não lhes fica bem porque sabem como é que eram nomeados os cargos de chefia no passado. Embora com isto tenha ficado bem claro que a MUDANÇA aceita e está aberta a sugestões. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia do PPD/PSD** pediu defesa da honra para clarificar que o PPD/PSD aprecia a transparência, por isso não votou favoravelmente a anterior proposta. -----

Pois, ao contrário do que o Deputado Roberto Vieira aludiu, à exceção do Grupo a que este pertence foi reconhecida por todos os outros grupos municipais, que a anterior proposta apresentada pelo GMM continha mais do que irregularidades. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu os intervenientes sobre esta questão dos Júris que em primeiro lugar é preciso distinguir aquilo que foi este documento agora apresentado, porque na primeira versão era só sobre os Diretores de Departamento, e agora são todos os cargos dirigentes. -----

Como tal, na sua opinião sobre toda esta circunstância, é que por parte do PPD/PSD houve uma tentativa de fazer um número de circo relativamente ao chumbo do que foi apresentado na primeira vez. Porque não houve irregularidades e muito menos ilegalidades, aquilo que se passou foi a introdução de mais informação nomeadamente com as notas biográficas.

E acusando-os, disse que por terem sido proferidas naquela sala afirmações ofensivas e difamatórias de algumas pessoas que constavam dos membros do Júri da proposta chumbada, tiveram agora, dificuldade na constituição dos membros deste Júri. Porque tendo um efeito de contágio, muitas das pessoas que já tinham sido convidadas, não aceitaram, para não se submeterem a um vexame de verem o seu nome na praça pública relativamente à sua idoneidade profissional ou pessoal. -----

Assim, questionou como é que será no Governo Regional? Porque há Diretores Regionais, nomeados em regime de substituição. -----

Finalizando disse que tudo o que se passou foi uma ofensa para quem está em regime de substituição a exercer o seu trabalho de uma forma profissional, empenhada e dedicada a esta Câmara, não deixando os Múncipes ficarem prejudicados. -----

Na verdade, quem ficou prejudicado foi aquela Assembleia na forma como toda a votação e argumentação, na altura, foi utilizada. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia do PPD/PSD** pediu um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara se sabe que no princípio da transparência, da boa-fé e da publicidade, consta do Código de Procedimento Administrativo, que quaisquer violações a esses princípios constituem ilegalidades? -----



--- **O Senhor Presidente da Câmara** contrapôs perguntando onde é que está a má-fé e falta de transparência, que invocou relativamente a esta matéria? -----

--- Não havendo mais pedidos de esclarecimento o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o **Ponto Dois** à votação, informando que embora tenha sido acordado na reunião de líderes que esta votação seria de braço no ar, pedia aos Senhores Deputados que se levantassem conforme a sua opção de voto, por ser mais fácil proceder à contagem dos mesmos. Assim, o mesmo foi **aprovado por unanimidade com trinta e oito votos a favor**.

--- Não havendo declarações de voto o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Três - Regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais de venda ao público e de prestação de serviços ou de armazenagem no município do Funchal, em observância da al. g) do nº 1 do art.º 25º e da al. k) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, começando este por dizer que o Decreto-Lei nº 10/2015 vem alterar aquilo que era a regulamentação ou enquadramento legal no que diz respeito ao horário destes estabelecimentos. -----

Assim, optou por introduzir um princípio, que vem mudar o paradigma da forma como o estado entendia o horário dos estabelecimentos em causa, que é a liberdade total em termos de horário de funcionamento dos estabelecimentos. Porque na perspetiva daquele Executivo, não seria admissível que a Câmara Municipal permitisse total liberdade nos horários, porque isso implicaria:-----

- Questões de segurança e de qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente nas zonas residenciais e nos edifícios de habitação. Por esse motivo, e porque a lei também lhes confere a capacidade de regulamentar, regulamentaram estes horários com base naquilo que era o regulamento anterior, ouvindo os interessados desde o simples Município até às Associações de Comércio e Indústria, as entidades Policiais e outras que acharam

convenientes. -----

Nesta sequência foi elaborada aquela proposta de deliberação, que depois de submetida à análise por parte dessas entidades, foi aprovado em reunião de Câmara para ser submetida àquela Assembleia. -----

Adicionou, que em termos daquilo que é a intenção da Câmara, é que haja um equilíbrio no que diz respeito aos horários em zonas específicas e históricas, como é a Zona Velha e em zonas onde existe habitação, e tendo em conta o objeto de cada um desses estabelecimentos comerciais. -----

Como tal, é fundamental o que confere o artigo 5º, que permite restrições por razões de segurança ou proteção da qualidade de vida das pessoas. Ou seja, se por ventura existir alguma irregularidade, ou existir queixas em termos de tranquilidade, seja de entidades policiais ou dos próprios Municípios, a Câmara tem sempre a oportunidade de excepcionar determinadas áreas ou determinadas zonas, relativamente àquilo que é a tranquilidade e a qualidade de vida das pessoas. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues do PCP/PEV-CDU referiu o seguinte: "O presente Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, vem regulamentar e clarificar um conjunto de questões que já se arrastavam há muito, definir responsabilidades de fiscalização e zelo pelo cumprimento do estipulado, estabelecer aqueles que são os horários e as condições de funcionamento de diversos tipos de estabelecimentos comerciais e de serviços, enquadrando-os nas áreas onde se situam e procurando responder às diversas questões que se colocam, por exemplo, quer em termos de segurança ou bem-estar dos residentes, sem pôr em causa a atividade económica desenvolvida. -----



O conjunto de preocupações e questões colocadas no período de discussão pública do mesmo, parece-nos ter sido respondido e introduzidas algumas sugestões e alterações consideradas pertinentes. -----

Da nossa parte, consideramos que estamos perante uma proposta que merece a nossa aprovação". -----

2. O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues do GMM proferiu o seguinte: "A CMF atenta ao quotidiano da nossa cidade achou, e muito bem, estabelecer regras para o funcionamento do nosso comércio mas também não esquecendo o bem-estar dos cidadãos que têm direito ao seu descanso noturno, resultando assim o ***Regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais de venda ao público e de prestação de serviços ou armazenagem no município do Funchal***, que os Senhores Deputados têm em sua posse. -----

Regras nunca agradam a todos na medida em que alguém sempre se acha prejudicado em relação aos outros mas, exatamente por isso é que são regras. -----

Se assim não fosse, cada um ditaria a sua regra o que acabaria em regra nenhuma, ou seja, a anarquia. Isso não seria aceitável numa cidade civilizada como a nossa, que tem por principal receita o Turismo que vem à nossa Ilha, para divertir-se mas também para descansar. -----

Como tal, é fundamental regras bem equilibradas que satisfaçam comerciantes, turismo e população residente. Essas estão hoje na posse desta Assembleia para serem discutidas e aprovadas. -----

A CMF com o poder de decisão sobre o assunto tão delicado fez o que lhe competia, ou seja, estabeleceu um período de consulta pública, ouviu as partes interessadas e os organismos com competência e fiscalização nos termos do artigo 101º do Código de Procedimento Administrativo e do artigo 3º do decreto-lei nº 48/96 de 15 de maio, na versão

conferida pelo decreto-lei nº 10/2015 de 16 de janeiro, para dar corpo ao atual regulamento, o qual colheu vários contributos tanto das entidades consultadas como do público em geral. Todo este procedimento consta nas Capas um, dois, três e quatro que podem ser analisadas no documento do regulamento supra citado". -----

3. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva de Abreu do CDS/PP começou por dizer que em relação a este regulamento há pouco a dizer, porque o mesmo vem de encontro ao Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro, que dava liberdade de qualquer estabelecimento ter o seu horário. -----

Pois bem, a Câmara fez aquele regulamento baseado no regulamento existente trazendo muito poucas alterações, embora das quais quis salientar duas que são pertinentes e importantes: -----

- Alargou a possibilidade de trinta minutos para os estabelecimentos que fechavam até às duas da manhã na Zona Velha do Funchal, permitindo que as pessoas saíssem calmamente dos seus estabelecimentos, e quinze minutos no que toca às esplanadas. ----

- Implementação de uma regra especial, caso alguma entidade ou algum munícipe venha reclamar sobre poluição sonora, seja a Câmara a fiscalizar, a implementar e a colocar um ponto de ordem sobre esse novo horário praticado por esse estabelecimento. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** começou por considerar que embora não tenham um regulamento perfeito, têm um bom regulamento. -----

Quis também enaltecer o bom trabalho dos funcionários da Câmara Municipal, na elaboração daquele novo regulamento, distinguindo entre estes, o Dr. Jorge Soares que foi quem acompanhou diretamente a elaboração do mesmo. -----

Como tal, concluiu que na conjugação das propostas que saíram da Câmara, do trabalho técnico que foi feito, da participação de alguns munícipes, alguns de forma individual, ou da própria sociedade civil, conseguiram um regulamento que orgulha a Câmara Municipal do



Funchal. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou o **Ponto Três** à votação sendo o mesmo **aprovado por unanimidade com trinta e oito votos a favor.** -----

--- Não havendo declarações o **Senhor Presidente** da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o **Ponto Quatro - Regulamento de Apoio à Natalidade e à Família**, tendo este dado a palavra à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes** que expôs o seguinte: "As políticas para o aumento da natalidade devem de ter um carácter nacional. -----

São muito complexas e envolvem muitas variáveis que não são óbvias. Contudo, há uma variável apontada por bastantes portugueses no inquérito da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Em dois mil e catorze, 54% das mulheres inquiridas e 59% dos homens, referiram que o maior incentivo à natalidade que poderiam receber, seria aumentar os rendimentos das famílias. Esta é uma variável que a Câmara Municipal do Funchal não pode alterar nem ter influencia. -----

Mas, com a aprovação deste Regulamento o nosso Município pode tentar ajudar a aliviar alguns dos custos que as famílias têm com os filhos, desde que nascem até ao fim da escolaridade obrigatória. -----

No contexto atual em que as famílias vivem, elas veem uma constante diminuição dos seus rendimentos, e uma cada vez maior precariedade no emprego. Criar um filho envolve despesas que são difíceis de suportar hoje em dia pela maioria dos agregados familiares. Foi por estarmos conscientes desta realidade, que quando o PPD/PSD, entregou em reunião de Câmara uma proposta para se elaborar um Regulamento de Apoio à Natalidade, concordamos imediatamente com essa mesma proposta, e propusemos que se alargasse o âmbito da mesma até ao fim da escolaridade obrigatória. -----

Isto, porque nós sabemos e acreditamos que os custos com a educação são atualmente

elevados e são um grande investimento. E uma Sociedade tem muito mais hipóteses de sucesso e desenvolvimento quanto maior for o nível de escolaridade da sua população. Por essa razão, o Regulamento que vem hoje à Assembleia Municipal para ser votado, é composto por quatro tipos de apoio às famílias: o Apoio à Natalidade, propriamente dito, o Apoio às Mensalidades de Creches e Jardins de Infância, o Apoio à Compra de Livros e de Material Escolar e o Apoio com a Saúde e com a Alimentação. -----

Estas ajudas, eu gostava de frisar este aspeto, podem ser cumulativas, são apoiadas às crianças até aos três anos com a subvenção à natalidade, que está descrita no capítulo I, assim como se apoiam as mensalidades das Creches e dos Jardins de Infância, lembro mensalidades superiores a cem euros são comparticipadas, por nós, em vinte e cinco euros por mês por criança. São apoiados os manuais escolares e o material escolar até ao fim da escolaridade obrigatória. O valor do apoio varia consoante o nível de ensino, não é muito elevado mas é uma ajuda, consideramos nós. É também apoiada a alimentação e as despesas da saúde, como já disse. -----

Sabemos que não devem nascer mais crianças, só por causa deste incentivo que a Câmara Municipal do Funchal está a propor, mas achamos que para algumas famílias, esta ajuda pode ser fundamental para melhorar a sua qualidade de vida, e como famílias com diferentes tipos de rendimento são apoiadas, passa igualmente a mensagem de que para esta Câmara, a Natalidade é um fator importante para nos mantermos como País, esperando que a taxa de natalidade suba e permita a substituição de gerações. -----

Para terminar, gostaria de acrescentar de que na nossa opinião este Regulamento é a prova de que os dirigentes autárquicos, independentemente das suas opções ideológicas são capazes de se articular e dialogar para concretizarem compromissos que têm como finalidade melhorar a qualidade de vida dos seus concidadãos. -----

Os Funchalense merecem!" -----



INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias do CDS/PP disse que o Grupo Municipal do CDS/PP acha bem aquela proposta, até porque vem na esteira de outras iniciativas do mesmo género já apresentadas por outros municípios do País. -----

Porém colocou à Senhora Vereadora, duas questões: -----

1º - Embora seja da competência do Estado, e no caso concreto do Governo Regional este tipo de ajudas às populações, gostaria de saber se a intervenção da Administração Regional, porque vem plasmada no preâmbulo deste projeto, é a montante ou a jusante deste projeto de regulamento? -----

2º - Um vez que é referido que existe uma parceria com a Câmara Municipal, em que medida e condições a mesma se concretiza? -----

2. A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva do PPD/PSD declarou:

"Este regulamento, que parte de uma iniciativa do PPD/PSD, é o reflexo da nossa preocupação para com esta questão importante da diminuição da taxa da natalidade e também para demonstrar que todos nós na nossa área de intervenção, seja ela política, profissional ou meramente de envolvimento para com a sociedade, temos responsabilidades e devemos dar o nosso melhor contributo para que aquelas questões que podem afetar a própria sociedade sejam debeladas. -----

Esta questão da diminuição da natalidade, terá necessariamente reflexos naquilo que é o pilar da sociedade que é a Família, e essa questão é preocupante porque a Família é a base de toda a sociedade, é nela que se desenvolve o individuo, a pessoa. -----

É através da Família que todos nós aprendemos os valores, é ela que nos dá a estrutura para nós termos uma vida, é ela que nos faculta os nossos alicerces, sejam os valores, o amor e também os bens materiais necessários, para que nós possamos estudar e nos desenvolvermos como pessoas. -----

É neste sentido que a proposta do PPD/PSD vem, e muito bem, estendida até à escolaridade obrigatória e que apoia não só a natalidade mas também todas as despesas que advenham como creches, jardins-de-infância, vacinas e material escolar. -----
Portanto, é muito bom que este consenso a nível da Vereação tenha existido, que a nossa proposta tenha sido acolhida pela restante Vereação, porque nós estamos aqui para trabalhar pelos que estão lá fora, para aqueles que acreditaram em nós, para aqueles que depositaram o voto em nós e isto é também uma maneira de demonstrarmos que não estamos aqui só a discutir diferentes pontos de vista ideológicos, mas também preocupados com o futuro daqueles que mais precisam e que vêm em nós muitas vezes a tábua de salvação". -----

3. O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira do GMM

começou por referir que é com muita alegria que vê este regulamento complementar uma ajuda que é muito necessária para as famílias. Porque a nível de Junta de Freguesia deparam-se muito com os problemas reais, todos os dias vão-lhes bater à porta pedindo as mais diferentes ajudas tais como, apoio escolar, alimentação, etc. -----

Mais que um apoio à natalidade, como bem referiu a Senhora Vereadora, porque também tem dificuldades em acreditar que será por este apoio que haverá um aumento da natalidade, as famílias que aqui se enquadram vão agradecer muito todos estes apoios, que embora possam ser pequenos em alguns casos, para muitas famílias vinte euros faz diferença. -----

Por isso, julga que este regulamento é muito importante e que terá uma eficácia grande porque a nível de burocracia não se debaterão com tantas questões burocráticas como noutros casos. -----

Da sua parte, a nível da Junta da qual faz parte, fará a sua divulgação com toda a força e tem a certeza que haverá muita gente a precisar de recorrer a ele. -----



--- **A Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes** começou por se congratular porque deu-lhe muito prazer de ali estar e trabalhando em conjunto com a sua colega Vanda, deram ideias e tentaram aceitá-las e integrá-las de maneira a que o regulamento ficasse mais sólido. -----

Relativamente à questão do Senhor Deputado Américo Dias, respondeu que nesta Câmara trabalha-se e julga que sempre se trabalhou porque é um Órgão Autárquico, junto das populações e em rede. Assim, como encaminham pessoas para a Segurança Social e para o Instituto do Emprego ou para as Associações de caráter Social, estes também lhes encaminham pessoas. Logo, neste sentido privilegiam trabalhar juntamente com uma rede social que é muito importante, com os incentivos e apoios que já existem a nível social na Região. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias do CDS/PP** voltou a interpelar a Senhora Vereadora Madalena Nunes, dizendo que gostaria que clarificasse qual é a parceria referida no preâmbulo, uma vez que no regulamento não vislumbra em que é que se concretiza a mesma. -----

--- **A Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes** manteve mais ou menos a explicação que deu, dizendo que essa parceria pode não estar formalmente no regulamento mas existe, porque realmente trabalham numa rede social com todas as entidades. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** passou à votação do **Ponto Quatro**, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade com trinta e oito votos a favor**. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu do PPD/PSD** interpelou a Mesa para lembrar que sejam facultados, por via eletrónica e num prazo de dez dias, os documentos que foram solicitados, designadamente os estudos de caracterização e o documento estratégico e ainda uma lista indicativa de todas as entidades

e reuniões que aconteceram, bem como a respetiva agenda e resumos das conclusões delas saídas, mencionados pelo Senhor Vereador Domingos Rodrigues. -----

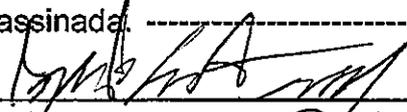
--- O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que a Mesa registou o seu pedido e que já diligenciou junto do Senhor Vereador para que a documentação referida, fosse entregue a todos os Senhores Deputados por via eletrónica na maior brevidade possível. -

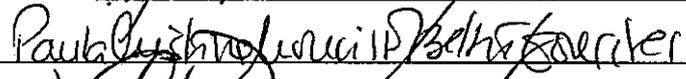
ENCERRAMENTO: -----

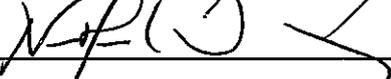
--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezasseis horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

--- O Presidente da Assembleia, 

--- A Primeira Secretária, 

--- O Segundo Secretário, 

--- Fui presente: Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, 